



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

ISABELLA SILVA DE ALMEIDA

**COOPERATIVISMO NO COLETIVO MULHERES DO POLO: experiências no Polo
de Confecção do Agreste Pernambucano**

CARUARU

2025

ISABELLA SILVA DE ALMEIDA

**COOPERATIVISMO NO COLETIVO MULHERES DO POLO: experiências no Polo de
Confecção do Agreste Pernambucano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Administração do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
na modalidade de monografia, como requisito
parcial para a obtenção do grau de bacharel
Administração.

Área de Concentração: Administração Geral e
Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ricardo Bezerra Fonsêca

CARUARU

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Almeida, Isabella Silva de .

Cooperativismo no Coletivo Mulheres do Polo: experiências no Polo de Confeção do Agreste Pernambucano / Isabella Silva de Almeida. - Caruaru, 2025.

57, tab.

Orientador(a): Francisco Ricardo Bezerra Fônsaca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Precarização. 2. Cooperativismo. 3. Coletivo Mulheres do Polo. 4. Polo de Confeção do Agreste Pernambucano. 5. Informalidade. 6. Trabalho decente. I. Fônsaca, Francisco Ricardo Bezerra . (Orientação). II. Título.

650 CDD (22.ed.)

ISABELLA SILVA DE ALMEIDA

**COOPERATIVISMO NO COLETIVO MULHERES DO POLO: experiências no
Polo de Confecção do Agreste Pernambucano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Administração do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 29/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Ricardo Bezerra Fônsaca (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA

Profª. Dra. Aline Fábila Guerra de Moraes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA

Prof. MSc. José Artur Muniz (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA

Dedico esta monografia à minha avó Mila, que teve a alegria de ver minha entrada na universidade e, mesmo sem compreender completamente o que eu estudava, se orgulhava em dizer a todos que eu vivia mergulhada nos estudos e que era muito inteligente. Sua presença ao longo da minha vida me ofereceu um acolhimento quase materno (de forma singular), às vezes contraditória, mas sempre marcante. Com sua partida, ela me ensinou lições profundas sobre a vida, a saudade e a força.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Emília e Wilson, por serem a minha base. Mesmo sem entender muito bem o que se passava na minha vida acadêmica, sempre me apoiaram com todo o amor do mundo, me fazendo ter a certeza de que, acontecesse o que acontecesse, eu sempre teria um lugar seguro para voltar.

À minha irmã, Gabi, (minha melhor amiga), que segurou minha mão em todos os momentos ao longo da graduação. Mesmo sem entender nada sobre Administração, esteve sempre presente: me ouvindo, aconselhando, rindo, chorando ou fazendo cards expositivos para os meus eventos acadêmicos (hahaha). Obrigada por tudo.

Ao Léo, meu irmão mais novo, que, mesmo com seu jeitão desligado, foi essencial ao longo do curso, baixando programas que eu precisava e me lembrando, com bom humor, que o problema estava entre o computador e a cadeira (hahaha).

À minha amiga Júlia, que foi muito além de uma amiga: foi um abrigo, uma parceira fiel e uma presença que me fortalecia. Obrigada por ser metódica e responsável o suficiente para gostar de mim, sua amizade é um presente.

À querida Amandinha, que me acolheu e aconselhou, riu e chorou comigo, e que, ao falar da sua família, sempre me fazia lembrar da minha. Sua leveza e afeto me acompanharam em momentos importantes. À minha tia Cida, meus mais sinceros agradecimentos. Você sempre me impulsionou a seguir em frente, me fez enxergar o melhor em mim, arrancou grandes risadas e, quando não me viu bem, deixou tudo de lado, me levou ao psicólogo e literalmente segurou minha mão, dizendo que eu não precisava ter medo, porque tudo ia ficar bem. E está ficando.

À amada professora Aline Guerra, que, além de excelente docente, me acolheu para além da sala de aula, com humildade, carinho e bom humor. Sua presença foi marcante em minha trajetória.

Minha gratidão a todo o corpo docente da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Me orgulho de fazer parte desta casa e de ter aprendido com a imensa maioria dos(as) professores(as) que me formaram.

Aos meus colegas de sala, com quem compartilhei tantos aprendizados e risadas: fomos muito felizes juntos. Ao meu orientador, Dr. Francisco Ricardo, minha imensa gratidão. Obrigada por me ensinar tudo o que sei sobre pesquisa, por me orientar com generosidade e por me acolher também como ser humano. Você é uma inspiração profissional e pessoal.

Ao meu terapeuta, Dr. Ivanildo Omena, que me salvou de mim mesma e me ensinou sobre coragem. Sua escuta e seu acolhimento foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu melhor amigo, Arysson, que me conhece desde os 14 anos e compartilhou comigo

todas as etapas da vida, inclusive as mais difíceis. Nossa conexão é de outras vidas. Obrigada por legitimar cada sentimento meu e por ser sempre uma escuta atenta. Te amo, fav.

E, por fim (mas de forma nenhuma menos importante), agradeço a Deus, que me guiou até aqui. Mesmo tendo me afastado em momentos turbulentos, reencontrei n'Ele a misericórdia, o amor e o acolhimento que me sustentaram.

"Slow down, you crazy child. You're so ambitious for a juvenile. But then if you're so smart, tell me why are you still so afraid?"

(Billy Joel, Vienna, 1977.)

Tradução livre:

"Acalme-se, criança louca. Você é tão ambiciosa para alguém tão jovem. Mas se é tão inteligente, me diga: por que ainda tem tanto medo?"

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo investigar de que maneira o Coletivo Mulheres do Polo implementa ações fundamentadas nos princípios do cooperativismo, no contexto da informalidade e da precarização do trabalho das costureiras no Polo de Confecção do Agreste Pernambucano. As relações de trabalho nessa região apresentam elevada precariedade, caracterizadas pelo predomínio da informalidade associada à flexibilidade laboral, manifestada em práticas como terceirização e subcontratação. Em resposta a tais condições, o Coletivo tem promovido formas cooperativas de organização entre as costureiras, com vistas à melhoria do seu bem-estar e dignidade. Adotou-se a abordagem da pesquisa qualitativa básica, utilizando entrevistas narrativas e análise de conteúdo. O *corpus* de pesquisa foi constituído pelas entrevistas realizadas com quatro integrantes líderes do Coletivo. Os resultados indicaram que as ações do Coletivo promovem os princípios cooperativistas, com ênfase na “Educação, Informação e Formação” e no “Compromisso com a Comunidade”. A pesquisa conclui que as ações coletivas são essenciais para fomentar condições laborais mais justas, solidárias e equitativas nessa região.

Palavras-chave: Precarização; Cooperativismo; Coletivo Mulheres do Polo.

ABSTRACT

This monograph aimed to investigate how the Coletivo Mulheres do Polo implements actions based on the principles of cooperativism within the context of informality and the precarious working conditions faced by seamstresses in the Polo de Confecção of the Agreste region of Pernambuco. Labour relations in this region are characterized by high levels of precariousness and a predominance of informal work, alongside flexible labour practices. This fact is evident in practices such as outsourcing and subcontracting. In response to these challenges, the Coletivo has encouraged cooperative organization among the seamstresses to enhance their well-being and dignity. A basic qualitative research approach was adopted, utilizing narrative interviews and content analysis. The research corpus comprised interviews conducted with four members who are leaders of the Coletivo. The findings suggested that the Coletivo's actions align with cooperativist principles, particularly emphasizing "Education, Information and Training" and "Commitment to the Community." The study concludes that collective actions are essential to fostering fairer, more solidaristic, and equitable labour conditions in this region.

Keywords: Precariouness; Cooperativism; Coletivo Mulheres do Polo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Princípios do Cooperativismo	30
Tabela 2 -	Dimensões da Educação, Informação e Formação	31
Tabela 3 -	Dimensões do Compromisso com a Comunidade	33
Tabela 4 -	Dimensões da Cooperação entre Cooperativas	35
Tabela 5 -	Dimensões da Adesão Voluntária e Livre	37
Tabela 6 -	Dimensões da Gestão Democrática	41
Tabela 7 -	Dimensões da Autonomia e Independência	42
Tabela 8 -	Dimensões da Participação Econômica dos Membros	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS DA PESQUISA	15
2.1	OBJETIVO GERAL	15
2.1.2	Objetivos Específicos	15
2.2	JUSTIFICATIVA.....	15
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1	O QUE É COOPERATIVISMO?	16
3.1.2	Conceituando a Cooperativa	16
3.2	OS SETES PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	18
3.2.1	Precarização do trabalho.....	20
3.2.2	A precarização do trabalho no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.....	23
4	METODOLOGIA	26
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5.1	ABORDAGEM GERAL DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS NO CMP	30
5.2	EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	31
5.3	COMPROMISSO COM A COMUNIDADE	33
5.4	COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS	35
5.5	ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE	37
5.6	GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	40
5.7	AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA.....	42
5.8	PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICE A – MAPA DE CODIFICAÇÃO	54

1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é amplamente reconhecido como um catalisador de reformas econômicas e políticas que reconfiguraram as relações de trabalho globalmente (Antunes, 2009), desestabilizando premissas de trabalho justo e digno (McWhirter; McWha-Hermann, 2021). A crise econômica global, intensificada pela pandemia de Covid-19, exacerbou o desemprego, flexibilizou direitos trabalhistas e expandiu a informalidade, aprofundando exclusão social e desigualdades regionais e de gênero (Bridi, 2020). Trabalhadores enfrentam desigualdade estrutural, assédio, exploração física e mental, agravados pelo desrespeito às normas trabalhistas, perpetuando formas contemporâneas de escravidão e gerando sofrimento contínuo (Antoniadou *et al.*, 2021; Marinho; Vieira, 2019).

A normalização de formas atípicas de trabalho, especialmente em regiões periféricas do Sul Global (Antunes, 2023), reflete-se em modalidades caracterizadas pela flexibilização e desregulamentação, intensificando a precarização das relações de trabalho, a pobreza e a exclusão social (Antunes, 2009). No Brasil, a precarização se agravou com a reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização em 2017 (Antunes, 2023). O foco desta pesquisa é o trabalho informal, caracterizado pela ausência de registro formal, instabilidade e vulnerabilidade (Antunes, 2011).

Trabalhadores informais enfrentam condições extremas de precariedade, com baixos salários, longas jornadas e falta de direitos e proteção social (Antunes, 2009; 2023; Kallerberg, 2009). A economia informal é fortemente marcada por questões de gênero (Ruiter; Charteris, 2020). O mercado de trabalho é segregado por sexo, com as mulheres concentradas em empregos de baixa qualidade, mal remunerados e informais (Delaney; Macdonald, 2018). No Sul Global, elas estão em áreas "invisíveis" da economia, como trabalho doméstico e produção por peça, caracterizadas por vínculos precários e dificuldade de organização para reivindicar direitos (Delaney; Macdonald, 2018).

Essas trabalhadoras enfrentam discriminação, menor acesso a promoções, e disparidades salariais (Ruiter; Charteris, 2020). A falta de infraestrutura e as restrições temporais limitam sua produtividade (Paludi; Krysa, 2023), enquanto as disparidades salariais na economia informal frequentemente superam as do setor formal (Delaney; Macdonald, 2018; Paludi; Krysa, 2023).

No Polo de Confeções do Agreste Pernambucano (PCAP), as relações laborais são marcadas por elevados níveis de precariedade e informalidade, com forte presença da terceirização e flexibilidade (Bezerra; Corteletti; Araújo, 2020). O PCAP é o maior polo têxtil das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse polo abriga diversas organizações produtivas, comerciais e de serviços,

dominadas por pequenas unidades conhecidas como fábricas ou facções (Zanatta, 2016). Essas unidades, centrais no processo produtivo, permitem que grandes empresas reduzam custos e transfiram riscos para as facções, resultando em uma complexa rede de trabalho informal na região (SEBRAE, 2013).

O cenário é caracterizado pela predominância de trabalho feminino, familiar e domiciliar, em condições adversas como jornadas exaustivas, ausência de descanso e uso de mão de obra infantil (Silva, 2022; Xavier, 2020). A falta de contratos formais perpetua a vulnerabilidade das costureiras (Heleno, 2013; Vêras de Oliveira; Braga, 2014). A pandemia de COVID-19 intensificou essa precariedade, expondo a fragilidade socioeconômica das costureiras, muitas das quais ficaram sem renda durante a crise (Borges, 2020). Além disso, elas trabalham em ambientes insalubres, sem infraestrutura adequada ou equipamentos de proteção (Silva, 2022).

No PCAP, as remunerações raramente são fixas, pois a maioria dos trabalhadores é contratada informalmente, e os salários estão atrelados à produtividade (Silva, 2022). Enquanto os homens são frequentemente contratados formalmente para funções mais pesadas, as mulheres acumulam as responsabilidades do trabalho doméstico e são "duplamente exploradas pelo capital" (Antunes, 2006), enfrentando jornadas equivalentes às dos homens, mas sem acesso a direitos. Apesar das iniciativas governamentais para regularizar as atividades no PCAP, essas medidas têm se mostrado insuficientes para erradicar a informalidade enraizada na região (Vêras de Oliveira e Braga, 2014). Embora o polo seja economicamente relevante, persiste a necessidade urgente de formalização, uma vez que a maioria das relações de trabalho se baseia em acordos informais (Silva, 2022).

Nos últimos anos, intensificou-se o debate sobre modalidades de trabalho que desafiam a globalização e as políticas neoliberais. Nesse contexto, o cooperativismo destaca-se como uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento econômico e social (Carrillo Punina *et al.*, 2024). Caracterizadas pela propriedade coletiva e controle democrático, as cooperativas suprimem a dicotomia entre capital e trabalho, fundamentando-se em valores como autoajuda e solidariedade (Estanislau; Borges, 2011). Elas buscam resistir aos efeitos excludentes do capitalismo, promovendo práticas organizacionais sustentáveis que favorecem um desenvolvimento mais equitativo (Carrillo Punina *et al.*, 2024).

Em resposta à informalidade e precarização do trabalho no PCAP, as costureiras domiciliares organizaram-se coletivamente em "empreendimentos solidários" que desafiam a agenda neoliberal (Pereira *et al.*, 2024; Castro, 2023). Nos últimos anos, diversas iniciativas da sociedade civil surgiram para garantir condições dignas de trabalho, destacando-se o Coletivo

Mulheres do Polo (CMP) (Rocha, Vilaça e Soares, 2024). O Coletivo promove formas colaborativas de organização entre as costureiras, visando melhorias nas condições de trabalho e na qualidade de vida, com princípios de solidariedade, autogestão e democracia (Aguilera, 2024). Seu modelo organizacional reflete princípios cooperativistas (Pereira *et al.*, 2024; Castro, 2023), atuando como uma estratégia eficaz contra a precariedade laboral e as desigualdades no PCAP.

Apesar dos esforços do CMP para promover trabalho digno e empoderamento econômico das costureiras no PCAP (Aguilera, 2024), a precarização e informalização das relações laborais permanecem como características estruturais em ascensão na acumulação de capital na região (Castro, 2023). Essas condições perpetuam a vulnerabilidade das trabalhadoras e dificultam a formalização das atividades produtivas (Rocha, Vilaça e Soares, 2024). Portanto, a compreensão dos modos colaborativos promovidos pelo CMP é imprescindível para analisar os mecanismos que garantem condições laborais dignas e justas, considerando as interseções entre informalidade, poder de gênero e a perpetuação da pobreza que caracterizam o contexto produtivo da região.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 OBJETIVO GERAL

Esta monografia objetiva compreender como o Coletivo Mulheres do Polo (i.e., CMP) promove ações alinhadas aos princípios do cooperativismo no contexto da informalidade e precarização do trabalho das costureiras no Polo de Confeção do Agreste Pernambucano (i.e., PCAP).

2.1.2 Objetivos Específicos

- i. Descrever as condições de trabalho enfrentadas pelas costureiras do Polo de Confeção do Agreste Pernambucano;
- ii. Identificar os princípios cooperativistas mobilizados pelo Coletivo Mulheres do Polo em sua atuação coletiva no contexto do PCAP;
- iii. Analisar os efeitos da implementação desses princípios na promoção de melhores condições de trabalho e dignidade para as costureiras.

2.2 JUSTIFICATIVA

Esta monografia apresenta três aspectos centrais de relevância. Em primeiro lugar, destaca-se a **contribuição teórica**, ao abordar o movimento em prol do Trabalho Decente liderado por organizações internacionais, um tema ainda pouco explorado no campo dos estudos organizacionais, que carece de análises mais aprofundadas.

Do ponto de vista **social**, o trabalho busca evidenciar alternativas emancipatórias de organização do trabalho, além de contribuir para a **denúncia das condições laborais invisibilizadas**, conforme discutido por Dourado et al. (2021). A partir da compreensão dos desafios enfrentados por esses trabalhadores, pretende-se oferecer subsídios que possam orientar o desenvolvimento de medidas e políticas públicas voltadas à promoção de condições dignas de trabalho, em consonância com os princípios do Trabalho Decente.

Por fim, quanto à **relevância prática**, a pesquisa está vinculada a um projeto mais amplo, submetido ao Edital FACEPE nº 28/2022 – Apoio à Pesquisa para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais. Nesse sentido, a revisão da literatura contribuirá para estabelecer o estado da arte sobre o tema abordado neste subprojeto e para subsidiar a execução da agenda de pesquisa do grupo *Observatório da Realidade Organizacional*, que se dedica à investigação das condições de trabalho de sujeitos invisibilizados, especialmente no atual contexto de incentivo à precarização das relações laborais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção teve como objetivo apresentar os estudos e as produções acadêmicas relevantes acerca do cooperativismo, proporcionando um panorama abrangente das principais teorias, conceitos e debates que permeiam essa área de conhecimento. Essa seção possibilitará, ainda, o alinhamento do presente estudo com os referenciais teóricos mais atuais e pertinentes, assegurando uma base sólida para o desenvolvimento das análises subsequentes.

3.1 O QUE É COOPERATIVISMO?

O cooperativismo é um sistema socioeconômico e organizacional que se fundamenta na associação voluntária de indivíduos com o objetivo de atender necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva e gestão democrática (Carrillo Punina *et al.*, 2024; Ribas *et al.*, 2022). Baseado em valores como autoajuda, autorresponsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade, promove a participação democrática dos membros na tomada de decisões (Carrillo Punina *et al.*, 2024).

Como movimento social, o cooperativismo desempenha um papel vital no desenvolvimento socioeconômico de diversas comunidades globais, sendo definido como uma doutrina que se fundamenta na liberdade, humanismo, democracia, solidariedade, igualdade, racionalidade e justiça social (Farias; Gil, 2013). O objetivo central do cooperativismo é enfrentar desafios sociais por meio de práticas econômicas sustentáveis, utilizando as cooperativas como instrumentos de transformação social, caracterizadas por sua natureza democrática e solidária (Farias; Gil, 2013).

Configura-se como um movimento de associações autônomas, que constituem um modelo ideal de organização baseado nos princípios da economia solidária, democracia, autonomia, justiça distributiva, participação e igualdade de direitos e deveres entre os membros, sem discriminação (Schmidt; Perius, 2003; Estanislau; Borges, 2011).

Esse movimento fomenta práticas coletivas que resultam em solidariedade social e apoio mútuo, além de garantir um papel ativo para os indivíduos na definição das atividades do grupo, influenciando seu comportamento (Ratner, 2009). O cooperativismo se manifesta através das cooperativas, possibilitando a milhares de pessoas aprimorar suas condições de vida pela colaboração e trabalho conjunto (Carrillo Punina *et al.*, 2024).

3.1.2 Conceituando a Cooperativa

Uma cooperativa é definida como “[...] uma união voluntária de pessoas com a finalidade de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido” (Estanislau; Borges, 2011,

p. 55). Trata-se de uma organização social de propriedade coletiva (Peattie, 2020; Billet *et al.*, 2021), gerida democraticamente, imune a falências e sem fins lucrativos (Tchami, 2007).

As cooperativas integram, de maneira sinérgica, uma lógica empresarial e uma lógica comunitária (Doherty; Haugh; Lyon, 2014), ocupando, assim, uma posição singular que as distingue tanto das entidades sem fins lucrativos quanto das empresas com fins lucrativos. As cooperativas configuram-se como organizações cuja propriedade, controle e benefício pertencem aos seus membros, dedicando-se à prestação de serviços ou à oferta de bens que visam atender às necessidades econômicas, sociais e culturais de seus associados (Battilana, 2018). Assim, os membros assumem, em essência, a dualidade de papéis, atuando simultaneamente como usuários e proprietários da cooperativa, a qual é gerida de forma democrática, garantindo a participação ativa de todos nas decisões que a regem.

As cooperativas são, destarte, “[...] um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca” (Estanislau; Borges, 2011, p. 55). Essa definição ressalta a natureza colaborativa e democrática da cooperativa, enfatizando o papel fundamental da participação ativa dos associados na gestão e na tomada de decisões, além de reforçar a importância do compromisso coletivo em prol do bem-estar comum. As cooperativas possuem a capacidade de integrar tanto pessoas físicas quanto jurídicas como membros, reunindo indivíduos e seus recursos pessoais para a realização de interesses mútuos, que seriam difíceis de alcançar de maneira isolada (Tchami, 2007).

As cooperativas representam um modelo organizacional colaborativo, onde os membros compartilham valores comuns e perseguem interesses coletivos. A finalidade principal das cooperativas não é o lucro, embora integrem objetivos econômicos e sociais em suas práticas (Farias e Gil, 2013). Orientadas por valores, as cooperativas aderem a princípios compartilhados pela Aliança Cooperativa Internacional e à Política Nacional de Cooperativismo (Lei 5.764/1971) (Silva *et al.*, 2023). Elas buscam o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável de seus membros e comunidades, destacando-se como uma alternativa inclusiva e justa aos modelos empresariais tradicionais (Carrillo Punina *et al.*, 2024). Dessa forma, o objetivo primordial de uma cooperativa transcende a simples maximização do lucro, concentrando-se no aperfeiçoamento das condições de vida de seus membros, com o propósito de fomentar a construção de sociedades mais coesas e equitativas (Tchami, 2007).

Esse modelo organizacional apresenta três características distintivas em relação à governança. Primeiramente, são de propriedade de seus membros, que detêm a entidade de forma conjunta, contrastando com a lógica capitalista, onde as cotas são transferíveis e negociáveis (Singer, 2002; Mikami, 2016). A saída de um membro se limita à compensação correspondente às

cotas possuídas (Billet *et al.*, 2021). Em segundo lugar, a governança das cooperativas é democrática, permitindo que cada membro exerça um voto, independentemente do número de cotas detidas, em assembleias e reuniões (Billet *et al.*, 2021).

Este envolvimento é crucial para a deliberação das preferências dos cooperados e do processo democrático. Por fim, a terceira característica distintiva da governança cooperativa reside na centralidade do usuário: as cooperativas visam beneficiar seus membros por meio de atividades econômicas, caracterizando-se como organizações centradas no usuário (Billet *et al.*, 2021). O valor gerado é determinado pelos benefícios, financeiros ou não, que os membros obtêm ao satisfazer suas necessidades (Peredo; Haugh; McLean, 2017). Essas organizações priorizam maximizar os benefícios de seus membros, promovendo inclusão financeira e práticas organizacionais sustentáveis (Carrillo Punina *et al.*, 2024).

As cooperativas visam beneficiar seus membros através de suas atividades econômicas produtivas. Consoante Billet *et al.* (2021), os cooperados são também os principais usuários da entidade, o que caracteriza as cooperativas como organizações centradas no usuário. Nesse contexto, o valor gerado pelas cooperativas é, primordialmente, determinado pelos benefícios, sejam eles financeiros ou não, que os membros-usuários obtêm ao terem suas necessidades atendidas pela cooperativa (Peredo; Haugh; McLean, 2017). Esse aspecto está em contraposição ao foco em desempenho de mercado e valorização acionária.

A finalidade das cooperativas é maximizar os benefícios de seus membros-usuários, ao invés de visar a distribuição de dividendos e a valorização de ações, como ocorre nas empresas capitalistas convencionais. Essa relação entre os membros e a cooperativa constitui a razão de ser da entidade e o cerne da criação de valor no modelo cooperativista (Peredo; Haugh; McLean, 2017). As cooperativas promovem a inclusão financeira, possibilitam que comunidades tenham acesso a mercados e serviços, e incentivam práticas empresariais sustentáveis (Carrillo Punina *et al.*, 2024).

3.2 OS SETES PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

As cooperativas são organizações coletivas fundamentadas em um conjunto de princípios, acordados internacionalmente, que norteiam suas práticas e valores (Billiet *et al.*, 2021). Os princípios doutrinários que orientam seu design organizacional e sua identidade são: (i) adesão voluntária e livre; (ii) gestão democrática pelos membros; (iii) participação econômica dos membros; (iv) autonomia e independência; (v) educação, formação e informação cooperativista; (vi) intercooperação; e (vii) interesse pela comunidade (Rakopoulos, 2020). Esses princípios garantem que as cooperativas sejam geridas de maneira equitativa e transparente, promovendo o

bem-estar de seus membros e da comunidade em geral (Billiet et al., 2021).

O princípio da **Adesão Voluntária e Livre** estabelece que as cooperativas são entidades voluntárias, abertas a todos os indivíduos que possam usufruir de seus serviços, desde que assumam as responsabilidades de associados, sem discriminação de gênero, classe social, raça, convicção política ou credo religioso (Carrillo Punina et al., 2024). Esse princípio não apenas assegura o livre acesso, mas também constitui um instrumento de promoção da inclusão social, permitindo que grupos frequentemente marginalizados encontrem, nas cooperativas, oportunidades concretas de desenvolvimento econômico e social (Carrillo Punina et al., 2024; Rakopoulos, 2020). Além disso, reflete uma postura de resistência às dinâmicas excludentes do mercado capitalista, que tende a reproduzir desigualdades estruturais (Rakopoulos, 2020).

Em consonância com o princípio do **Controle Democrático pelos Membros**, as cooperativas são organizações democraticamente controladas pelos seus associados, que participam ativamente da formulação de políticas e dos processos decisórios (Tchami, 2007). A democracia no âmbito cooperativo não se limita ao direito ao voto (que segue a lógica de “um membro, um voto”), mas também se expressa na construção coletiva de decisões, na deliberação em assembleias e na participação efetiva nos rumos da organização (Billiet et al., 2021). Esse modelo participativo

fortalece a autonomia dos membros e sua corresponsabilidade na gestão, superando relações hierárquicas típicas de empresas tradicionais (Tchami, 2007).

A noção da **Participação Econômica dos Membros** destaca a centralidade da cooperação democrática na gestão do capital da cooperativa. Os membros contribuem de forma equitativa para o capital social, que se torna propriedade comum, consolidando um modelo econômico que valoriza a coletividade (Tchami, 2007). Não se trata apenas de aporte financeiro, mas de um compromisso mútuo com a sustentabilidade da organização. Parte dos excedentes é reinvestida no desenvolvimento da cooperativa, na constituição de fundos comunitários e na oferta de benefícios aos associados, assegurando uma dinâmica econômica que prioriza o bem coletivo sobre o lucro individual (Tchami, 2007; Billiet et al., 2021).

Já o fundamento da **Autonomia e Independência** afirma que, embora possam estabelecer parcerias e acessar recursos externos, as cooperativas devem preservar sua autonomia, garantindo que tais relações não comprometam o controle democrático exercido pelos membros (Carrillo Punina et al., 2024). Esse princípio funciona como salvaguarda contra ingerências externas, sejam elas políticas, econômicas ou institucionais, preservando a identidade cooperativa e a capacidade de autogestão dos associados (Carrillo Punina et al., 2024). Assim, a busca por sustentabilidade financeira não pode subverter os valores e objetivos sociais da organização.

O princípio da **Educação, Formação e Informação** reconhece que o fortalecimento do modelo cooperativo exige o desenvolvimento contínuo das capacidades dos seus membros (Tchami, 2007). Isso envolve não apenas a capacitação técnica, mas também a formação em valores cooperativistas, estimulando a consciência crítica, a solidariedade e o engajamento coletivo. Além disso, o princípio assegura que as cooperativas informem seus membros e a comunidade em geral sobre os benefícios, desafios e potencialidades da cooperação, fortalecendo a transparência e a legitimidade da organização perante a sociedade (Tchami, 2007; Billiet et al., 2021).

O sexto princípio, **Intercooperação**, ressalta a importância de que as cooperativas atuem de forma colaborativa entre si, construindo redes que fortalecem o movimento cooperativo como um todo (Billiet *et al.*, 2021). Esse princípio estimula a articulação de iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais, promovendo o compartilhamento de recursos, conhecimentos e estratégias que ampliam a resiliência econômica e social das cooperativas (Rakopoulos, 2020). Dessa forma, a intercooperação constitui uma resposta coletiva aos desafios impostos por mercados altamente competitivos e às pressões da globalização (Billiet et al., 2021).

Por fim, o princípio do **Interesse pela Comunidade** expressa o compromisso das cooperativas com o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estão inseridas (Punina et al., 2024). Isso significa que as cooperativas não se limitam a gerar benefícios para seus membros, mas também se engajam ativamente na promoção de ações sociais, culturais, ambientais e econômicas que fortalecem a comunidade como um todo (Tchami, 2007; Carrillo Punina et al., 2024). Trata-se de uma prática que reafirma a função social das cooperativas como agentes de transformação, sobretudo em contextos de vulnerabilidade econômica e social.

3.2.1 Precarização do trabalho

A compreensão da precarização do trabalho exige uma análise histórica que remonta às transformações sociais e econômicas impulsionadas pelo advento do capitalismo. Desde os primórdios, o trabalho esteve associado à sobrevivência e à dignidade humana. A passagem do nomadismo à fixação no campo e à produção artesanal marca um momento em que o trabalhador detinha controle sobre todo o processo produtivo. No entanto, com a transição do feudalismo para o sistema capitalista, especialmente após a Revolução Industrial, o trabalho passou a ser mercantilizado, tornando-se uma mercadoria negociável e desvalorizada (Mendes, 2025).

Esse processo culminou em mudanças significativas nas relações laborais, substituindo a lógica da subsistência por uma lógica de lucro e individualização do trabalho, o que alterou profundamente as relações sociais e com a natureza. A globalização, por sua vez, aprofundou a flexibilização dos direitos trabalhistas em nome da competitividade econômica, favorecendo um

cenário de precarização estrutural. Como afirma Antunes (2009, p. 239), os capitais globais exigem dos Estados nacionais o desmonte das legislações sociais protetoras do trabalho, em nome da adaptação ao capital internacional. Tal mercantilização opressora do trabalho reflete uma tendência global de esvaziamento das garantias conquistadas historicamente (Mendes, 2025).

Nesse sentido, observa-se uma convergência dos rumos do trabalho para uma precarização de caráter globalizado. A análise crítica de acontecimentos históricos como a Revolução Industrial, a intensificação da globalização, o surgimento da Economia Gig e, mais recentemente, os impactos da pandemia da Covid-19, permite identificar os principais vetores que desencadearam e ainda sustentam esse processo. Compreender essas transformações é essencial para projetar o futuro do trabalho e o lugar que o trabalhador poderá ou não ocupar nas próximas décadas (Mendes, 2025). A Revolução Industrial, no final do século XVIII, marcou uma reconfiguração profunda no mundo do trabalho, introduzindo paradigmas que ainda hoje reverberam nas relações laborais. O discurso de que o trabalho dignifica o homem foi fortalecido como forma de estimular a inserção dos indivíduos em ocupações monótonas e fisicamente exigentes (Orquiza, 2023).

Com a mecanização dos meios de produção e o avanço da automação, houve uma substituição da força de trabalho humana, promovendo maior flexibilidade e capacidade produtiva, mas também resultando na desvalorização e exclusão de trabalhadores. Paralelamente, a modernização agrícola reduziu a necessidade de mão de obra no campo, incentivando a migração para centros urbanos, onde os postos de trabalho já se encontravam saturados, consolidando um ambiente propício à aceitação de condições precárias (Mendes, 2025).

Esse processo de precarização foi intensificado com a globalização, especialmente a partir do final do século XX. A interconectividade global e os avanços tecnológicos possibilitaram a terceirização da produção para regiões com mão de obra mais barata, promovendo uma reestruturação do trabalho e comprometendo os direitos sociais (Mendes, 2025). A legislação trabalhista, diante da volatilidade do capital e da pressão por competitividade, passou a flexibilizar vínculos e reduzir garantias. A instabilidade passou a ser um traço característico da pós-modernidade, impondo novas dinâmicas de tempo e espaço, e contribuindo para uma concorrência acirrada entre trabalhadores em um cenário de abundante oferta de mão de obra e escassez de empregos dignos (Takaki; Antoga, 2019).

Nos anos mais recentes, novos vetores de precarização surgiram com o advento da economia de plataformas, como Uber, Airbnb e Freelancer. Embora prometam autonomia e flexibilidade, essas formas de ocupação frequentemente mascaram a ausência de vínculos empregatícios, proteção social e condições dignas de trabalho (Vaclavik; Ultramari, 2022; Martins *et al.*, 2023). Valla e Schor (2020) destacam que tais plataformas funcionam como "gaiolas digitais" e

"aceleradores de precariedade", promovendo uma falsa sensação de liberdade que aprisiona o trabalhador em jornadas exaustivas e instáveis.

Durante a pandemia da COVID-19, muitos trabalhadores demitidos, forçados pelo desemprego, recorreram ao empreendedorismo por necessidade, frequentemente situando-se na informalidade. Esses indivíduos, em geral com baixa qualificação e sem o devido preparo para empreender, passaram a abrir pequenos negócios, o que contribuiu para o crescimento da precarização do trabalho. Nesses casos, a informalidade implica na ausência de garantias trabalhistas e segurança social, expondo o trabalhador a condições instáveis e vulneráveis. Essa realidade revela que o empreendedorismo por necessidade, muitas vezes romantizado, mascara formas de exclusão e precariedade (Mendes, 2025).

A precarização do trabalho, contudo, não se limita às ocupações informais. Segundo Fernandes (2023), a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) indica que tanto os vínculos formais quanto informais podem apresentar elementos de insegurança e incerteza, ampliando o conceito de trabalho precário. Nessa mesma linha, conceitua-se o trabalho precarizado como aquele marcado pela fragilidade dos vínculos empregatícios frente aos contratos tradicionais, refletindo a flexibilização das normas trabalhistas. A compreensão dessa precarização ampliada permite reconhecer a complexidade do fenômeno em distintas configurações laborais contemporâneas (Standing, 2019).

Ao se problematizar o conceito de precarização do trabalho, é importante considerar tanto os significados literais quanto às elaborações teóricas. O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa associa o termo "precário" a adjetivos como instável, inseguro, frágil e difícil, evidenciando o caráter degradante dessas condições. Na mesma direção, a definição da OIT (2012) enfatiza aspectos objetivos e subjetivos da precarização, como vínculos ambíguos, múltiplos empregadores, baixos salários e dificuldades para a organização sindical. Esses elementos são consequência direta da lógica neoliberal instaurada a partir da década de 1970, marcada por políticas de flexibilização das relações de trabalho (Fernandes, 2023).

Diversos autores abordam essas mudanças a partir de distintas perspectivas. Standing (2014) afirma que a precarização deu origem a uma nova classe social (o precariado) formada por trabalhadores marcados pela instabilidade contratual, ausência de proteção trabalhista e sentimento de frustração. Entre os tipos de precariado identificados pelo autor estão os menos escolarizados e frustrados, os mais passivos, e os instruídos, com elevado senso de privação relativa. Bourdieu (2008), por sua vez, interpreta a precarização como produto de desigualdades estruturais e da exclusão de parte da população do acesso ao capital social, cultural e econômico, gerando um ciclo vicioso de marginalização e vulnerabilidade.

Autores como Bauman (2001) e Sennett (2015) também oferecem leituras significativas sobre a precarização do trabalho. Bauman a relaciona com a “modernidade líquida”, contexto em que tudo é transitório, inclusive os vínculos laborais, o que impede os trabalhadores de planejarem suas vidas de forma estável. Já Sennett (2015) entende a precarização como decorrente da flexibilização e da terceirização, que fragmentam o trabalho e minam a identidade profissional. Ambos os autores mostram que a retórica da flexibilidade, longe de representar liberdade, implica em instabilidade e insegurança. No Brasil, autores como Antunes (2009) e Druck (2013; 2019) denunciam os impactos da lógica neoliberal nas relações de trabalho, ressaltando que reformas legislativas recentes, como as Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, em vez de promoverem direitos, legitimam a precarização como norma.

3.2.2 A precarização do trabalho no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano (PCAP)

O surgimento do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano (PCAP) remonta às décadas de 1950 e 1960, tendo como berço a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, localizada na Mesorregião do Agreste de Pernambuco. Inserida em uma região de transição entre o litoral úmido e o sertão semiárido, essa localidade enfrentava dificuldades de subsistência devido às condições climáticas adversas, o que comprometeu atividades econômicas tradicionais, como a pequena produção agrícola, a pecuária e o cultivo de algodão (Rangel; Corteletti, 2022).

Diante desse contexto de incerteza econômica, a confecção têxtil emergiu como uma alternativa viável, consolidando-se como estratégia de sobrevivência (Burnett, 2013). Inicialmente, a produção de vestuário se dava a partir de retalhos oriundos das indústrias têxteis de Recife, transportados por pequenos comerciantes locais que aproveitavam suas idas à capital para a venda de produtos regionais (Lyra, 2006).

A atividade de costura, majoritariamente artesanal e realizada por mulheres em seus próprios lares, consolidou um ambiente produtivo familiar que marcou profundamente as bases do PCAP. Esse trabalho feminino contribuiu para a ampliação da cadeia produtiva, ao passo que as máquinas de costura eram emprestadas entre vizinhas e moradoras das zonas rurais, promovendo uma dinâmica de produção cooperativa e descentralizada (Lyra, 2006). Tais práticas evidenciam a informalidade como uma característica fundante do polo, aliada à subcontratação e à presença de desigualdades de gênero (Rangel; Corteletti, 2022).

Com o passar dos anos, especialmente a partir da década de 1960, houve um aumento expressivo na escala de produção. O acesso aos resíduos industriais passou a ser tarifado, e a matéria-prima passou a ser adquirida do Sudeste, sobretudo de São Paulo, o que deu origem à expressão “Sulanca” resultante da junção dos termos “helanca” e “Sul”, referindo-se à confecção

de roupas simples e populares a partir de retalhos diversos (Lyra, 2006; Burnett, 2013).

Esse processo de expansão atraiu outras cidades do Agreste pernambucano, como Caruaru e Toritama, que consolidaram suas atividades no setor a partir da década de 1970. Caruaru destacou-se pela sua estrutura de comercialização e pela criação da Feira da Sulanca, enquanto Toritama desenvolveu uma produção especializada em jeans e inaugurou, em 2001, sua própria feira com mais de mil pontos de venda (Xavier, 2020). Em Santa Cruz do Capibaribe, o Moda Center, inaugurado em 2006, tornou-se o maior shopping atacadista de confecções da América Latina, refletindo a força produtiva e comercial da região. Atualmente, o PCAP é responsável pela produção anual de cerca de 800 milhões de peças de vestuário, sendo reconhecido como o segundo maior polo de confecção do Brasil, com impacto nacional e internacional (Borges, 2020; Silva, 2022; Xavier, 2020). Composto por dez municípios, o polo é marcado pela diversidade produtiva, com especializações por cidade e um dinamismo que o torna central para a economia do Agreste (Rangel e Corteletti, 2022).

As relações de trabalho no PCAP são atravessadas por uma lógica produtiva que articula a informalidade como eixo central de organização. Esse modelo, sustentado por um sistema de terceirização em cadeia, transfere os custos e os riscos da produção para pequenos empreendimentos locais (as facções), muitas vezes instaladas nas próprias residências dos trabalhadores (Zanatta, 2016; SEBRAE, 2013).

Essa dinâmica contribui para a disseminação de uma lógica de "empreendedorismo informal", em que famílias inteiras são engajadas no processo produtivo em condições precárias, sem qualquer amparo jurídico ou social (Silva, 2022). Essa inserção produtiva, baseada no trabalho familiar e feminino, muitas vezes se impõe como única alternativa possível de sobrevivência, mas resulta em jornadas exaustivas, ausência de descanso, sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo e, em muitos casos, na presença do trabalho infantil (Xavier, 2020).

Além da informalidade estrutural, a precarização se manifesta na forma de remuneração dos trabalhadores, que, em sua maioria, não recebem salários fixos, mas sim valores atrelados à produtividade (Silva, 2022). Tal modelo favorece a intensificação do trabalho e desresponsabiliza os contratantes por condições mínimas de dignidade. A informalidade generalizada, somada à baixa escolaridade dos trabalhadores e à fragilidade das políticas públicas de proteção social, configura um cenário de vulnerabilidade social aguda.

Como destacam Vêras de Oliveira e Braga (2014), mesmo as tentativas estatais de regularização do setor revelam-se insuficientes diante da naturalização da informalidade como prática consolidada na região. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais esse quadro, tornando evidente a ausência de redes de proteção para as costureiras que, privadas de qualquer

vínculo formal, viram-se completamente desamparadas diante da paralisação das atividades (Borges, 2020).

A feminização do trabalho no PCAP é uma das características mais marcantes e problemáticas. As mulheres, majoritariamente responsáveis pelo trabalho de costura, acumulam as funções domésticas e produtivas, em jornadas que podem ultrapassar 15 horas diárias, conforme relatado por Gouveia (2019). Esse processo de sobrecarga é o que Antunes (2006) denomina de "dupla exploração do capital", que associa a lógica patriarcal à lógica capitalista na reprodução das desigualdades. Ao mesmo tempo, a produção domiciliar reforça a invisibilidade do trabalho realizado por essas mulheres, dificultando sua organização política e a luta por direitos.

Mesmo os vínculos formais não escapam à lógica de precarização. Como afirmam Lira, Gurgel e Amaral (2020), o avanço da flexibilização trabalhista e a adoção de novas formas de gestão intensificam a exploração também nos empregos com carteira assinada. No PCAP, é possível identificar um processo generalizado de deterioração das condições laborais, tanto no setor informal quanto formal, o que escancara os limites do discurso da modernização e do desenvolvimento regional. A ausência de infraestrutura, os baixos rendimentos e o desgaste físico e emocional das trabalhadoras tornam-se elementos constituintes da cadeia produtiva do vestuário no Agreste pernambucano.

Por fim, é importante reconhecer que, embora haja predominância de práticas informais e precárias, existem experiências que apontam para possibilidades de transformação. Como destaca Silva (2022), alguns trabalhadores têm alcançado avanços pontuais em suas condições de trabalho, ainda que essas melhorias sejam exceções num cenário dominado por práticas historicamente consolidadas. Nesse sentido, compreender as contradições do PCAP exige atenção às múltiplas dimensões da informalidade (como estratégia de sobrevivência, como mecanismo de exploração e como obstáculo à efetivação de direitos), sem perder de vista as resistências e alternativas que emergem dos próprios sujeitos envolvidos nesse processo.

4 METODOLOGIA

Este estudo configurou-se como uma pesquisa qualitativa básica (Merriam; Tisdell, 2016), de caráter descritivo-analítico (Creswell, 2010). A escolha do Coletivo Mulheres do Polo (CMP) como objeto de análise desta pesquisa se justifica por múltiplos fatores que dialogam diretamente com a problemática da informalidade e precarização do trabalho no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano (PCAP). O coletivo representa uma iniciativa concreta de resistência, construída por mulheres costureiras que, historicamente, foram inseridas em cadeias produtivas marcadas pela exploração, baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e pela intensa informalidade que caracteriza a dinâmica produtiva da região (Pereira *et al.*, 2024; Castro, 2023).

Nesse cenário, o CMP emerge não apenas como uma alternativa econômica, mas também como uma estratégia de fortalecimento social, político e cultural. Sua atuação se dá a partir da mobilização de princípios como solidariedade, autogestão, democracia e cooperação, que se expressam na prática cotidiana das mulheres organizadas (Aguilera, 2024). Essas práticas não só tensionam a lógica neoliberal predominante no setor, como também constroem novas formas de organização do trabalho, pautadas na coletividade, na valorização do saber-fazer das costureiras e na busca pela dignidade laboral (Pereira *et al.*, 2024; Castro, 2023; Rocha; Vilaça; Soares, 2024). Além disso, o Coletivo Mulheres do Polo se destaca por sua singularidade no contexto local.

Ele representa uma experiência de organização produtiva liderada exclusivamente por mulheres, o que adquire especial relevância considerando que são elas as principais afetadas pelas condições precárias de trabalho no PCAP. Ao se organizarem coletivamente, essas mulheres não apenas constroem alternativas econômicas, mas também protagonizam processos de empoderamento, rompendo, em alguma medida, com as estruturas de desigualdade de gênero, classe e território que atravessam suas vidas (Aguilera, 2024).

Portanto, a escolha do CMP como objeto de pesquisa não se dá de forma aleatória, mas sim fundamentada na relevância social da sua atuação e na sua capacidade de materializar, na prática, os princípios do cooperativismo em um ambiente marcado por fortes contradições. A experiência do Coletivo oferece elementos concretos para compreender como práticas associativas e solidárias podem operar como mecanismos de resistência e enfrentamento à precarização, além de fornecer respostas locais a problemas estruturais que afetam milhares de trabalhadoras no setor têxtil regional (Pereira *et al.*, 2024; Castro, 2023).

Ademais, do ponto de vista metodológico, a escolha se justifica pela oportunidade de acessar um campo empírico que permite observar, de forma direta e aprofundada, como se dão os processos de organização coletiva, de tomada de decisão, de gestão democrática e de construção

de alternativas econômicas sustentáveis. Investigar o CMP significa, portanto, acessar uma experiência viva de luta por condições dignas de trabalho, de fortalecimento do tecido social e de construção de práticas econômicas que se distanciam da lógica puramente mercantil.

Dessa forma, ao tomar o Coletivo Mulheres do Polo como objeto central da pesquisa, esta monografia buscou não apenas compreender uma experiência específica, mas também contribuir para o debate acadêmico sobre as potencialidades e os desafios do cooperativismo e da economia solidária em territórios marcados pela informalidade. Além disso, reforça a importância de reconhecer e valorizar os saberes, as práticas e as estratégias de resistência protagonizadas por mulheres trabalhadoras no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, reafirmando o compromisso social da pesquisa com a visibilidade e o fortalecimento dessas iniciativas (Rocha; Vilaça; Soares, 2024; Aguilera, 2024).

O *corpus* de pesquisa foi constituído por entrevistas em profundidade realizadas com costureiras associadas ao Coletivo Mulheres do Polo (CMP). Foram selecionadas quatro associadas para participar do estudo. As duas fundadoras do Coletivo Mulheres do Polo foram entrevistadas, dado que seus relatos forneceram uma perspectiva histórica minuciosa das atividades do grupo, desde sua fundação até o presente. Além disso, foram escolhidas duas das líderes mais antigas do coletivo, considerando que suas experiências permitiram uma compreensão mais detalhada das vivências das costureiras e das dinâmicas internas do grupo. As entrevistas foram conduzidas nos meses de abril e setembro de 2024.

As transcrições das entrevistas foram realizadas com o auxílio da ferramenta de reconhecimento de voz *speech-to-text* da Inteligência Artificial *AssemblyAI*. A autora procedeu à revisão minuciosa do material, escutando novamente os áudios originais com o intuito de identificar possíveis discrepâncias ou falhas na transcrição automática realizada pela IA assegurando, assim, a precisão e a fidedignidade dos dados coletados.

A estruturação do *corpus* seguiu as orientações de Minayo (1998) e Bauer e Aarts (2002), sendo realizada em três etapas distintas: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados e interpretação. Essas etapas garantiram rigor metodológico na seleção e organização dos textos, bem como na análise qualitativa, de modo a assegurar a credibilidade e a profundidade das informações coletadas das entrevistas. A primeira etapa, denominada pré-análise, consistiu na seleção criteriosa das entrevistas a serem submetidas ao processo analítico, reavaliando o objetivo da pesquisa.

Com o intuito de assegurar o anonimato das participantes, bem como das demais costureiras associadas ao CMP, optou-se pela omissão de seus nomes. As entrevistadas foram identificadas por meio do anagrama “COST”, alusivo à costureira, seguido de um numeral árabe, resultando em

denominações como COST1, COST2, COST3 e COST4. Tal estratégia também garantiu o anonimato das participantes do estudo. No que tange às demais associadas mencionadas nas entrevistas, seus nomes foram substituídos por expressões fictícias, como “sicrana”, “fulana” e “beltrana”, de modo a preservar a identidade e a privacidade de todas as participantes envolvidas, assim como das pessoas referidas nos relatos.

Subsequentemente, procedeu-se a uma leitura flutuante das entrevistas, que consistiu em uma leitura atenta e minuciosa de todas as transcrições, permitindo-se “impregnar pelo seu conteúdo” (Minayo, 1998, p. 209). O objetivo dessa fase foi identificar se as entrevistas apresentavam informações pertinentes aos objetivos da pesquisa, além de localizar as unidades de significado, ou seja, os estratos e representações referentes ao cooperativismo nas ações do CMP.

A segunda etapa, denominada exploração do material, consistiu na aplicação da técnica de Análise de Conteúdo Clássica (i.e., AC) para codificar e interpretar os conteúdos textuais e significados presentes no *corpus* de pesquisa (Bardin 2016; Bauer e Gaskell, 2002). As categorias de análise foram delineadas com base nos princípios e valores do cooperativismo estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), bem como nos itens do questionário sobre os princípios cooperativistas proposto por Lutz (2021). As categorias analíticas foram: a) Adesão Voluntária e Livre; b) Gestão Democrática; c) Participação Econômica dos Membros; d) Autonomia e Independência; e) Educação, Formação e Informação; f) Cooperação entre Cooperativas; g) Compromisso com a Comunidade.

Cada categoria foi rotulada utilizando as iniciais que correspondem às primeiras letras que a compõem. Por exemplo, a categoria "Adesão Voluntária e Livre" foi codificada como AVL. Os itens das categorias foram codificados de acordo com o código da respectiva categoria, acrescido de um numeral arábico. Dessa forma, o item “Não é praticado qualquer tipo de discriminação” foi codificado como AVL5. Essa abordagem de rotulagem teve como objetivo facilitar a identificação e a referência tanto às categorias quanto aos seus respectivos itens durante o processo de análise.

Ao promover uma organização sistemática e eficiente dos dados, essa codificação contribuiu para a interpretação mais clara e objetiva dos relatos das costureiras, permitindo uma compreensão aprofundada das experiências e práticas discutidas. Importa salientar que, em termos de conteúdo, todas as categorias foram submetidas a ajustes e refinamentos. Com base nessas definições, elaborou-se um mapa de codificação em dois níveis.

Nessa etapa, os textos do *corpus* foram analisados, e cada trecho representativo das dimensões do trabalho decente recebeu um código, conforme sua adequação a uma categoria específica, sendo possível que uma mesma frase fosse associada a mais de um código. Os trechos foram rotulados com os códigos correspondentes às categorias previamente apresentadas. A codificação foi assistida pelo *software* MAXQDA. Em caso de desacordo em relação a algum código, foi convocada uma reunião com o orientador para que fosse possível auditar, discutir e

chegar a um consenso sobre os códigos em divergência.

Na última etapa, procederam-se ao tratamento dos resultados obtidos e à sua interpretação. Nessa fase, foram formuladas interpretações sobre as vivências das costureiras em relação à sua realidade de trabalho, com base no referencial teórico do cooperativismo. Essa abordagem não apenas enriqueceu a compreensão das experiências relatadas, mas também possibilitou a articulação entre teoria e prática, refletindo a complexidade e a riqueza das interações sociais sobre cooperativismo no contexto do PCAP.

As unidades de significados foram codificadas à medida que eram as entrevistas eram lidas, conforme a recomendação de Miles e Huberman (1994). Quando um trecho representativo não se adequava a nenhuma categoria estabelecida, ele era classificado como não categorizado, recebendo o rótulo 99 para posterior análise. Essa estratégia assegurou que todas as informações relevantes fossem consideradas, contribuindo para uma interpretação mais abrangente e fundamentada das unidades identificadas. Ao longo do processo de codificação, diversos procedimentos foram implementados com o objetivo de assegurar a confiabilidade e a credibilidade deste estudo.

Entre esses procedimentos, destacam-se a triangulação de dados (Gaskell e Bauer, 2002), a reflexividade (Creswell, 2010), e a auditoria (Merriam e Tisdell, 2016). Após a codificação e organização de todos os dados, foi realizada uma análise de frequência para verificar o número de vezes que cada código foi mencionado nas entrevistas. No total, foram identificados 113 trechos que abordavam questões relacionadas os princípios do cooperativismo no PCAP. Esses trechos resultaram em 260 citações dos códigos. As tabelas de frequência apresentadas na próxima seção incluirão menções extraídas das entrevistas, organizadas de acordo com sua ocorrência e relevância.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise está dividida em dois momentos distintos. No primeiro momento, realizou-se uma avaliação geral da presença dos princípios cooperativistas nas ações do Coletivo Mulheres do Polo (CMP). Em seguida, a investigação aprofundou-se nas manifestações dessas ações em relação a cada um dos princípios, permitindo uma compreensão mais detalhada e contextualizada da aplicação dos fundamentos do cooperativismo no âmbito do coletivo.

5.1 ABORDAGEM GERAL DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS NO CMP

Conforme exposto na Tabela 1, todos os princípios do cooperativismo estão integrados nas ações do Coletivo Mulheres do Polo, visando promover condições dignas de trabalho e vida para as costureiras no PCAP. Através de práticas fundamentadas na solidariedade, autogestão, democracia e equidade, o CMP se destaca como uma iniciativa significativa no enfrentamento das precárias condições laborais da região.

O foco nas iniciativas de educação, formação e informação evidencia a importância da capacitação das costureiras, permitindo-lhes contribuir ativamente para o desenvolvimento coletivo. Além disso, o compromisso do CMP com a comunidade resulta em iniciativas que beneficiam não apenas as costureiras, mas também suas famílias e a coletividade local. Essa abordagem alinha-se aos princípios cooperativistas de justiça social e desenvolvimento sustentável, demonstrando o intento do coletivo em capacitar suas integrantes como agentes de mudança e promotoras da dignidade no trabalho e do empoderamento econômico das mulheres no PCAP.

Tabela 1: Princípios do Cooperativismo

Dimensão Conceitual	F	%
Educação, Informação e Formação	83	31,9
Compromisso com a comunidade	68	26,1
Cooperação entre cooperativas	41	15,7
Adesão voluntária a livre	32	12,3
Gestão democrática	20	8,0
Autonomia e independência	8	3,0
Participação econômica dos membros	8	3,0
Total	260	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Notou-se, ainda, uma preocupação preponderante com o desenvolvimento de práticas de cooperação entre cooperativas, refletindo um compromisso com a interconexão e a solidariedade entre as diversas entidades do setor. As ações do CMP preservam o respeito pela adesão voluntária e livre, permitindo que as trabalhadoras se unam de maneira autônoma e consciente.

Além disso, as práticas do coletivo são pautadas por uma gestão democrática, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões coletivas, promovendo, assim, um ambiente de equidade e participação ativa no processo cooperativo. Os princípios de autonomia e independência e de participação econômica foram menos recorrentes nas ações do coletivo, uma vez que este movimento ainda se encontra em fase de estruturação e formação, não se configurando, portanto, como uma cooperativa formalizada.

5.2 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As iniciativas de educação, formação e disseminação de conhecimento promovidas pelo CMP ocorrem por meio de palestras em espaços públicos, reuniões nas residências das costureiras, encontros online e presenciais com especialistas, e diálogos informais com essas trabalhadoras. Como relatado a COST1, “[...] *começamos a realizar formações online e a ir até a casa delas para levar informações*”.

Tais ações têm como objetivo central fomentar um ambiente de aprendizado contínuo, que abarca tanto o desenvolvimento pessoal quanto profissional das associadas. Por meio dessas iniciativas, almeja-se capacitar as costureiras, habilitando-as a adquirir novas competências e conhecimentos que possam contribuir para a melhoria de suas condições de trabalho e, conseqüentemente, para o fortalecimento coletivo.

Além disso, as ações educacionais e informativas do CMP buscam trazer à tona questões essenciais relacionadas à seguridade social, à proteção dos direitos laborais e à formalização do trabalho, abordando temas como assistência funeral, INSS para autônomos e MEI. A pauta sobre o INSS para autônomo desmistifica o medo de que contribuir com a previdência social resultaria na perda do Bolsa Família, uma preocupação comum entre as associadas.

As palestras promovidas pelo Coletivo possibilitaram, por exemplo, que as associadas reconhecessem seus direitos e identificassem formas de violência que, anteriormente, não eram percebidas como tal, devido à sua naturalização no contexto cultural em que estavam inseridas.

A questão dos direitos e violência no ambiente de trabalho é evidenciada na fala da COST4: “[...] *Elas vieram, deram palestra... Os direitos que a gente tem e os que a pessoa não tem. Muitas vezes, a pessoa é discriminada e não sabe*”. O Coletivo fomenta importantes reflexões acerca dos direitos trabalhistas que as associadas não possuíam e que, frequentemente, eram negligenciados por seus fornecedores. O CMP é atuante na conscientização da vulnerabilidade das costureiras, tanto como trabalhadoras quanto como mulheres.

Tabela 2: Dimensões da Educação, Informação e Formação

Dimensão Operacional	f	%
A cooperativa promove um ambiente de aprendizado e aperfeiçoamento contínuo e melhoria para os seus membros	44	55
A cooperativa promove ações de educação, formação e informação para o público e demais instituições sobre seu modelo de gestão, seu propósito, seus benefícios e seu potencial para transformar economias, sociedades e vida de seus membros e, assim, enfrentar os desafios do presente e do futuro	18	22,5
As lideranças conhecem e transmitem os princípios cooperativistas	6	7,5
Há ações de educação, formação e informação para que os membros tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para participar das atividades e da governança da cooperativa	6	7,5
Os recursos adquiridos (editais, financiamentos, etc.) pela cooperativa são aplicados na formação e informação dos associados	4	5
As assembleias/reuniões/encontros são consideradas um momento de educação cooperativa	2	2,5
Total	80	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A promoção da educação no Coletivo Mulheres do Polo tem propiciado transformações significativas entre suas associadas. Um exemplo notável é o relato de COST2, que, impulsionada pelas iniciativas do Coletivo, aprimorou sua qualificação ao concluir um curso no SENAI, adquirindo um novo senso de legitimidade, anteriormente ausente. O CMP desempenha um papel crucial ao ensinar as costureiras a valorizar e precificar adequadamente seus serviços, capacitando-as para negociações mais justas com fornecedores. Essa organização sócio-política é fundamental para o empoderamento das mulheres, permitindo que adotem posturas assertivas nas relações de trabalho e revelando o valor intrínseco de seu trabalho, frequentemente desvalorizado. COST2 ressalta:

[...] Não é só a costura, é a manutenção da máquina, é a minha energia, é a minha internet que eu preciso para me comunicar com o meu patrão, que, no caso, é ela... então eu incluo tudo isso para negociar um valor que seja justo para ambas as partes.

As discussões coletivas promovidas pelo CMP oferecem ferramentas práticas e teóricas, capacitando as associadas para uma participação ativa nas atividades do grupo. Essas interações fortalecem a autonomia das costureiras, dotando-as de conhecimentos essenciais para uma atuação decisiva nas tomadas de decisão e a construção de um ambiente verdadeiramente colaborativo.

Os recursos obtidos pelo Coletivo, oriundos de editais e financiamentos de agências governamentais e não governamentais, como o apoio do Fundo Brasil, são cruciais para implementar suas atividades educacionais e de capacitação. Isso permite ampliar o alcance de suas ações, promovendo uma conscientização mais profunda sobre direitos trabalhistas, equidade de gênero, a defesa de direitos sociais e humanos, e a importância da formalização do trabalho das costureiras na região.

O trecho de fala da COST4 ilustra esse ponto:

[...] A gente tem percebido, por exemplo, que esse apoio financeiro, institucional, que o Fundo Brasil tem nos oferecido para realizar esse trabalho de conscientização. Porque o projeto que a gente faz com o Fundo Brasil, é como se fosse uma estruturação de tudo que a gente tem constituído nesses quatro anos, [...], que é a formação em defesa de direitos, que a gente tem feito sempre. Então, a gente ampliou, não é só direitos trabalhistas, mas direitos sociais, humanos, [...].

O CMP incentiva suas associadas a participarem da vida política por meio de visitas e sessões na Câmara dos Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe. Essa iniciativa promove o engajamento cívico das costureiras, proporcionando-lhes uma oportunidade de interação direta com o espaço político local. Além de fortalecer a identidade coletiva do grupo, essa prática visa ampliar a consciência das costureiras sobre seus direitos e fortalecer sua capacidade de articulação política, consolidando o protagonismo do Coletivo nas questões que afetam a comunidade e o trabalho digno na região.

5.3 COMPROMISSO COM A COMUNIDADE

O Coletivo Mulheres do Polo promove a criação de uma rede comunitária de contatos, colaboração e apoio entre costureiras, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e sustentável tanto de suas associadas quanto das comunidades locais. A interdependência entre o CMP e a comunidade local reflete-se no impacto social e econômico, uma vez que, para cada líder do coletivo, estima-se que pelo menos dez pessoas sejam diretamente beneficiadas, incluindo familiares e amigos. Isso denota o alcance dos benefícios sociais e econômicos promovidos pelo Coletivo.

A rede de influência do Coletivo Mulheres do Polo alinha-se estreitamente com a comunidade local, promovendo a conscientização sobre temas cruciais para assegurar o bem-estar das trabalhadoras, como seguridade social, equidade de gênero e proteção social das mulheres no contexto do PCAP.

Tabela 3: Dimensões do Compromisso com a Comunidade

Dimensão Operacional	f	%
Há contribuição para o desenvolvimento econômico e social sustentável dos associados e da comunidade local	35	51,47
Há uma compreensão entre seus membros da interdependência entre a cooperativa e sua comunidade local	25	36,76
É desenvolvido um espaço de acolhimento que propicia o surgimento de um forte senso de solidariedade e atua como um bastião no combate às injustiças.	3	4,41
Os associados discutem e aprovam as iniciativas, ações e políticas que serão desenvolvidas para o bem-estar da comunidade	2	2,94
Há investimentos em iniciativas economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos	1	1,47
São desenvolvidas ações de acordo com as 17 ODS da ONU	1	1,47
As iniciativas, ações e políticas de sustentabilidade são comunicadas com transparência para os membros e a sociedade	1	1,47
Total	68	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Além disso, o Coletivo atua como catalisador de reflexões sobre qualidade do trabalho e igualdade de oportunidades, enfatizando a disparidade de gênero nas relações laborais. O depoimento de COST3 ressalta essa questão: “[...] e veio pra conscientizar em relação à qualidade de trabalho, equidade de gênero [...]”. Essa discussão destaca a necessidade de valorização do trabalho feminino e a busca por condições mais equitativas no PCAP.

As associadas do Coletivo Mulheres do Polo desempenham um papel ativo na comunidade, compartilhando seu conhecimento e capacitando mulheres que não possuem habilidades de costura. COST2 exemplifica essa iniciativa ao afirmar:

“[...] eu sempre ia ensinando, graças a Deus faz 14 anos que eu tenho minha facção, e até hoje deu certo. As pessoas que trabalharam comigo, umas eu ensinei, outras já vieram sabendo trabalhar”.

Dessa forma, o Coletivo não apenas aprimora as competências profissionais das costureiras, mas também fomenta uma rede de apoio mútuo e conscientização que transcende o âmbito individual, estendendo-se à comunidade. Ao incentivar a troca de saberes e a inclusão social, o Coletivo estabelece um impacto transformador, reforçando princípios como solidariedade, autonomia e equidade de gênero entre suas associadas e a população local, promovendo mudanças enraizadas tanto no desenvolvimento pessoal quanto no coletivo.

As associadas do CMP usufruem de um espaço democrático para debater e deliberar sobre iniciativas e políticas a serem implementadas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar delas e da comunidade. A COST3 relatou a existência de “[...] um projeto chamado Saúde da

Costureira, que a gente iniciou em 2020 com um psicólogo [...]”, cujo intuito é cuidar da saúde mental das associadas e de suas famílias. Adicionalmente, o Coletivo firmou uma parceria com “[...] uma educadora física para ela gravar vídeos e logo falar sobre ginástica laboral, para elas fazerem em um ambiente doméstico, em um ambiente de trabalho [...]”. Iniciativas como terapia, fisioterapia e orientação de educadores físicos são essenciais para promover o conforto das costureiras, que passam longas horas em suas máquinas, frequentemente em posições ergonomicamente inadequadas. A falta de postura correta e a ausência de exercícios regulares, aliadas à jornada de trabalho extenuante, frequentemente resultam em problemas de saúde.

O Coletivo também promove ações alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, abordando a precariedade das relações de trabalho informais das mulheres no setor de costura domiciliar. As iniciativas incluem cuidado com as famílias, saúde das costureiras, garantia de seguridade social mínima, fomento à equidade de gênero, inclusão digital e promoção de educação.

O CMP mantém uma comunicação transparente com suas associadas e os agentes de transformação, priorizando o diálogo aberto e participativo. A inserção do debate na câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe sobre políticas públicas que assegurem um trabalho digno para as costureiras exemplifica esse compromisso com a inclusão e a transparência, facilitando a construção de um ambiente colaborativo e a efetivação de ações que reflitam os interesses coletivos de suas associadas e da comunidade.

5.4 COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS

A parceria estabelecida com o Fundo Brasil permite ao Coletivo Mulheres do Polo confrontar a narrativa do empreendedorismo e a visão utópica das condições de trabalho das costureiras, promovida pelo empresariado local. Essa colaboração possibilita ao Coletivo apresentar uma contra-narrativa: *“[...] a ingerência de atores sociais e políticos que vêm de fora e dizem: É assim que tem que ser o Polo, É assim que as costureiras têm que se organizar, e a gente diz, não, é a gente que tem que construir isso aqui [...]”*, relata a COST3.

O apoio de organizações alinhadas com os ideais do CMP confere-lhe um protagonismo significativo no debate público, especialmente em questões cruciais, como a necessidade urgente de discutir trabalho digno no contexto da informalidade que afeta as costureiras. As parcerias possibilitam ao Coletivo abordar frequentes violações de direitos, como assédio moral, enfrentadas por essas trabalhadoras, sejam formalizadas ou informais, além de garantir a proteção dos direitos humanos fundamentais no trabalho.

A atuação do Coletivo transcende discussões, evidenciando sua capacidade de propor

políticas públicas e soluções que emanam das próprias vozes das costureiras, que compreendem profundamente sua realidade. Assim, o CMP não apenas desafia a lógica das imposições externas, mas também reafirma a importância de soluções enraizadas nas experiências e demandas concretas dessas mulheres, promovendo transformações genuínas nas condições de trabalho no PCAP.

As palestras, a presença nas câmaras municipais e o diálogo com a Associação Comercial e Empresarial Santa Cruz (ASPCAP) combatem a narrativa de que as costureiras “[...] *não querem trabalhar, que são preguiçosas [...]*”, ou seja, ou seja, “[...] *alguém que não se qualifica, que prefere o benefício social*”, levando-as a questionar a ausência de órgãos de apoio feminino (e.g., Delegacia da Mulher) na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, conforme ressalta a COST1.

Tabela 4: Dimensões da Cooperação entre Cooperativas

Dimensão Operacional	F	%
A cooperativa estabelece parcerias para enfrentar desafios comuns, promover a inovação e defender seus valores, propósito e ideais	14	34,15
A cooperativa reconhece o valor do apoio mútuo, do conhecimento compartilhado e do poder da ação coletiva com outras cooperativa ou demais instituições que partilham/incentivam valores cooperativos na criação de um mundo mais equitativo e sustentável	10	24,39
A cooperativa reconhece força de trabalhar em conjunto a com outras cooperativas ou demais instituições que partilham/incentivam valores cooperativos para alcançar um impacto econômico e social maior no contexto em que atua	10	24,39
A cooperativa colabora com outras cooperativas ou demais instituições que partilham/incentivam valores cooperativos por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais, aproveitando seus recursos e redes coletivas para aumentar sua eficácia e alcance	7	17,07
Total	41	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O Coletivo Mulheres do Polo reconhece a importância de estabelecer parcerias estratégicas com agentes especializados e instituições dos setores privado, público e não-governamental, visando promover transformações positivas na realidade das costureiras e retirar suas associadas de contextos de vulnerabilidade, tanto no ambiente de trabalho quanto em suas vidas pessoais. Essas ações incluem encaminhamentos a serviços públicos para resolução de problemas pessoais e laborais, além do acompanhamento de advogados trabalhistas para orientações sobre direitos.

Conforme destaca a COST4: “*Aí tem Fulana [advogada], né, que entrou também, é outra que ajuda muito a gente, elas vieram, deram palestra [] Os direitos que a gente tem, os que a pessoa não tem*”. As parcerias estabelecidas pelo Coletivo também buscam promover um mundo mais equitativo e sustentável. Durante a pandemia da COVID-19, o CMP criou uma rede de apoio para garantir a sobrevivência básica e preservar a saúde mental das costureiras e suas famílias, o

que se evidenciou pelo repasse de recursos financeiros do Fundo Brasil e pela inscrição das costureiras no programa Auxílio Brasil, visando à obtenção do Bolsa Família.

Para ampliar a visibilidade das demandas das costureiras no cenário local, o Coletivo estabeleceu vínculos com representantes do poder público. Uma associada aceitou o convite para atuar como assessora de um vereador, visando articular de forma mais eficaz as ações do CMP em prol do trabalho decente no PCAP, fortalecendo o diálogo com o poder público e potencializando políticas que atendam às necessidades das costureiras.

O CMP também utilizou sua rede de contatos com instituições como a Carta Capital e o Fashion Revolution, que compartilham valores colaborativos, para aumentar o alcance de suas ações midiáticas. Além disso, o Coletivo expandiu sua atuação ao nível federal, levando as demandas do PCAP ao Ministério das Mulheres, com o objetivo de apresentar reivindicações e denunciar violações de direitos. Esse Ministério, por meio de sua secretaria voltada à promoção da autonomia econômica, atua como interlocutor no debate nacional, buscando influenciar políticas públicas que protejam e valorizem as costureiras do Polo.

5.5 ADESÃO VONLUTÁRIA E LIVRE

A adesão das costureiras ao Coletivo Mulheres do Polo ocorre de forma voluntária e livre, respeitando um dos princípios fundamentais do cooperativismo. Como relata a COST 2:

Aí a partir dali ela disse, olha, existe um coletivo, tá... Primeiro era só a gente... Foi, falou isso informalmente, né? Lá numa conversa. E eu disse, no mesmo dia eu já disse que quero participar. Já. Quero participar também.

As trabalhadoras têm total autonomia para decidir sobre sua participação, promovendo uma dinâmica de inclusão baseada no comprometimento genuíno com os valores de solidariedade, equidade e democracia que orientam as ações do Coletivo. Embora algumas mulheres ingressem no CMP sem plena compreensão sobre sua proposta, projetos e ações, o Coletivo acolhe toda e qualquer mulher que deseje se tornar integrante ou que necessite de apoio.

O CMP desenvolveu uma metodologia própria para a cooptação de novas participantes, baseada em vínculos de confiança e proximidade. Seja por meio de relações familiares, laços de amizade com associadas ou visitas realizadas diretamente nos domicílios das costureiras, o processo de adesão ao Coletivo acontece de forma orgânica. O depoimento da COST1 evidencia esse aspecto: “*Eu tenho um grupo mapeado. Cada grupo tem 8, 10, 15 mulheres. Que são mulheres que participam do coletivo, que formam grupo. Que convidam as vizinhas pra formação*”.

Essa abordagem favorece uma integração natural e o compromisso mútuo com os princípios e objetivos do CMP. A adesão orgânica foi mencionada pela COST3, que destacou a eficácia das

visitas domiciliares para atrair novas integrantes e fortalecer o vínculo comunitário no Coletivo: “[...] De visitá-las, de ir captando outras mulheres, de fazer a partir da rede de contato delas, disseminar [...] o nosso trabalho, as nossas propostas, os nossos projetos [...]”.

Tabela 5: Dimensões da Adesão Voluntária e Livre

Dimensões Operacionais	<i>f</i>	%
A adesão é feita de forma voluntária e livre	8	25
É valorizada as opiniões, habilidades e esforços dos membros	8	25
Todos(as) são tratados de forma igual e equitativa	5	15,63
A liberdade individual é respeitada	5	15,63
A adesão é aberta as todas as pessoas que possam utilizar seus serviços e que estejam dispostas a aceitar as responsabilidades de ser membro	3	9,38
Não é praticado qualquer tipo de discriminação	3	9,38
Total	32	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A institucionalização de lideranças comunitárias em distintos bairros da cidade revela-se como uma estratégia eficaz para ampliar o engajamento de novas integrantes nos projetos desenvolvidos pelo Coletivo Mulheres do Polo. A essas lideranças é atribuída a responsabilidade de promover, de forma estratégica, a difusão das ações do Coletivo nas oficinas, incentivando a participação ativa de outras mulheres na organização.

A reestruturação do modelo organizacional, mediante a criação de núcleos de liderança, resultou em impactos significativos, evidenciados pelo expressivo aumento no número de mulheres atendidas e associadas ao CMP, consolidando a expansão da sua base social. Tal evidência é corroborada pelo depoimento da participante identificada como COST1, ao afirmar que:

[] e a gente teve também uma ampliação quantitativa, né, então hoje a gente está com 30 mulheres, aí a gente fez uma reordenação da estrutura, né, do coletivo, criou lideranças comunitárias, elas já são líderes, mas a gente mapeou, nomeou, né, quem é líder de cada bairro, o bairro tem duas lideranças, porque são essas mulheres, por exemplo, que captam as outras costureiras para fazer parte dos nossos projetos, nas oficinas, então elas foram mapeadas como lideranças.

O Coletivo valoriza de forma consistente as ideias, habilidades, esforços e formações de suas associadas, reconhecendo que cada contribuição individual desempenha um papel fundamental no fortalecimento do grupo e na concretização dos objetivos comuns. Tal valorização é pautada na

busca constante pelo consenso entre as participantes, assegurando que o princípio democrático e equitativo, que fundamenta as ações do Coletivo, seja rigorosamente preservado.

A associada identificada como COST2 adotou com entusiasmo a proposta sugerida por outra integrante de desenvolver um curso voltado ao ensino de costura e modelagem. O objetivo é não apenas orientar as participantes a iniciarem a prática da costura de forma correta, mas também oferecer um entendimento abrangente de todo o processo. Trata-se de um curso completo “[] *que tem tudo, que desenha, que cria uma peça, que bota a peça em pratica*”, relata a COST2.

O Coletivo fundamenta-se nos valores de igualdade e equidade, promovendo a inclusão e a justiça social entre suas associadas. Essas premissas orientam todas as suas ações, garantindo que cada integrante seja tratada com dignidade e tenha acesso equitativo às oportunidades, respeitando as particularidades e necessidades de cada uma. No contexto do CMP, a igualdade refere-se à garantia do direito à não diferenciação entre as associadas. Como ressalta COST2:

[...] sabe, aí eu acho que o Coletivo veio pra me fazer enxergar isso também, e para as pessoas que participaram dele também, né, que têm essa escuta de entender que tem que existir igualdade ali

Já a equidade assegura que todas desfrutem das mesmas condições e oportunidades, reforçando o compromisso com a escuta ativa e a construção de um ambiente inclusivo, independentemente de suas origens, trajetórias ou habilidades. Esses valores são exemplificados na fala de COST1, quando ela afirma:

[...] Aí o que é que COST4 faz, que é maravilhoso... tem mulheres que não têm máquina. E que tá com criança pequena e tá numa situação vulnerável mesmo que tenha um bolsa-família, mas paga aluguel, ... Todo um custo, e tem uma criança pequena. Ela já chegou “venha simhora trabalhar aqui”, “Mas, meu menino?”, traga ele, deixe ele aqui...a gente ajuda tu cuidar dele. Ela já abriu as portas da casa dela para fornecer trabalho pra essa vizinha que tinha uma criança pequena e não tinha máquina e precisava trabalhar.

Esses dois valores orientam o Coletivo na busca de eliminar qualquer forma de discriminação, tanto em relação às suas associadas quanto entre aquelas que não são integrantes. Essa abordagem assegura que todas as mulheres, independentemente de suas circunstâncias ou status, sejam tratadas com respeito e dignidade, promovendo um ambiente inclusivo e solidário, onde a diversidade é valorizada e os direitos sejam garantidos.

Essa perspectiva é evidenciada pela COST1 ao relatar que a COST4 resgatou “[...] *uma costureira de mão cheia [...]*” que se tornou uma dependente química, perdeu suas máquinas e não conseguia mais trabalho:

[...] A COST4 trazia essa mulher, [...] pra dentro da casa dela pra dar trabalho

a ela e tirar ela daquela...do vício. [...]. Porque enquanto ela está aqui trabalhando comigo, ela tá fora do vício. Ela não tá na turma pra quem dá cachaça pra ela, por exemplo. E aí ela tá ganhando aqui, aí ela almoça, eu dou o almoço a ela, aí ela fica aqui um pouquinho [...]

A liberdade individual das costureiras é garantida no Coletivo por meio de diversas formas, incluindo a liberdade de ir e vir, a flexibilidade de horários e a não obrigatoriedade de “fazer cerão” no trabalho. Em um de seus relatos a COST4 evidencia que: “[...] *Mas eu sempre converso com elas, se vocês arrumou outro serviço melhor e quiser ir trabalhar, vocês podem ir, a amizade de nós continua a mesma*”. Em outro momento, essa costureira enfatiza a “flexibilidade de aprendizado”:

[...] eu comprei uma máquina aí eu vou ajeitar ela [...] na hora que tu tiver tempo tu vai aprender, pra tu ir aprendendo porque depois que aprender se tu quiser ficar trabalhando pra mim tu fica, se não quiser [...].

Ademais, a COST4 adota uma postura empática ao não impor a obrigatoriedade de realização de horas extras ou de trabalho aos finais de semana, especialmente em virtude de sua própria experiência prévia de ter sido constrangida a trabalhar contra sua vontade. O respeito à liberdade individual promove um espaço que respeita a autonomia de cada integrante, permitindo que elas organizem suas atividades de acordo com suas necessidades e circunstâncias pessoais, como, por exemplo, questões de saúde e demandas familiares.

Uma das principais motivações para assegurar a liberdade das costureiras, sejam elas associadas ou não ao Coletivo, é a proteção contra as violências, discriminações e abusos que muitas já enfrentaram no passado. Isso representa uma tentativa de romper com o ciclo de precariedade que tem perdurado na região.

5.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um aspecto central da gestão democrática do Coletivo é a constante escuta de suas associadas, levando em consideração as realidades que elas enfrentam, como relata a COST1: “[...] *então aí a gente tem as nossas reuniões internas, a gente leva, mas a gente toma as decisões também ouvindo elas*”. Essa prática assegura que as integrantes se sintam contributivas, reconhecendo a relevância de suas ideias nas decisões tomadas pelo CMP.

O Coletivo incentiva a participação ativa de suas associadas em reuniões, palestras e outros eventos. Esse estímulo proporciona às integrantes a sensação de pertencimento ao Coletivo, onde suas opiniões são não apenas valorizadas, mas também enriquecidas pelo vasto conhecimento adquirido durante os encontros.

Esse processo de envolvimento fortalece a coesão interna e promove um ambiente colaborativo, essencial para o desenvolvimento contínuo do movimento. Isso fortalece o compromisso coletivo e promove um ambiente de colaboração e respeito mútuo. O depoimento da COST4 ressalta esse aspecto, ao afirmar que:

A gente conversando, aí ela sempre tá pegando assim as ideias. Na minha opinião, assim eu disse a ela pra... um objetivo assim, porque hoje em dia é uma dificuldade pra gente comprar um maquinário. Se você não tiver um cartão ou dinheiro, você não vai arrumar um financiamento. E COST3 disse que vai correr atrás disso.

As decisões tomadas pelas lideranças são realizadas de forma conjunta, por meio de um processo participativo e democrático durante as reuniões. As decisões buscam sempre refletir os interesses do Coletivo e de suas associadas, garantindo que as vozes de todas as integrantes sejam ouvidas e consideradas nas deliberações. Esse aspecto da gestão democrática é mencionado na fala da COST1. Segundo ela,

[...] Eu não posso propor para ela aquilo que eu acho que é bom pra mim. Porque a minha realidade é uma e a delas é outra. Então eu preciso, as decisões são tomadas com elas também. Aí nós temos as lideranças, a gente começou dentro do coletivo identificar as lideranças. Fulana é uma liderança, Sicrana é uma liderança, COST2 é uma liderança, e aí a gente junta e toma essas decisões juntas, na liderança, mas também vamos levar para o resto do grupo para decidir. E aí muitas das vezes elas dizem assim “por que nós não fazemos assim?” E aquela ideia simples encaixada mais do que a gente tinha tomado. Então a gente toma as decisões juntas com elas.

Tabela 6: Dimensões da Gestão Democrática

Dimensões Operacionais	f	%
As lideranças tomam decisões que atendem aos interesses do coletivo dos associados	13	65
Os associados sentem-se contributivos e relevantes nas decisões tomadas em assembleias/reuniões/etc	3	15
Os associados são incentivados a participar de conselhos de administração	2	10
A gestão é democrática	1	5
Os associados são incentivados a participar das assembleias/reuniões/etc.	1	5
Total	20	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As decisões das líderes do Coletivo têm como objetivo não apenas a melhoria das condições de vida profissional das costureiras, mas também o aprimoramento do bem-estar pessoal delas e de suas famílias. Como declara a COST4: “E o coletivo tá sempre [.] elas tão buscando melhoria pra gente e o reconhecimento da gente”. Tais decisões incluem, por exemplo: i) a busca por alternativas de financiamento para a aquisição de maquinários; ii) o desenvolvimento de estratégias

para a formalização do trabalho das costureiras; iii) a participação em assembleias na esfera do poder público, visando à legitimação do Coletivo Mulheres do Polo (CMP); iv) a formação de parcerias com agentes especializados, como psicólogos e advogados; v) a realização de visitas domiciliares às costureiras; e vi) o fomento de uma rede de apoio e solidariedade entre elas.

A descentralização do formato organizacional do Coletivo Mulheres do Polo, por meio do estímulo às líderes comunitárias, gera um senso de responsabilidade entre as associadas, promovendo um ambiente de apoio mútuo, onde elas podem ouvir, aconselhar e auxiliar umas às outras. Esse contexto é propício para o engajamento e a participação das líderes nos projetos e ações do Coletivo. As decisões tomadas levam em consideração as idiossincrasias das costureiras e suas condições, contribuindo de maneira significativa para a manutenção da organização, o fortalecimento das relações de apoio entre as costureiras, a resolução de problemas e o crescimento contínuo do movimento do Coletivo. Conforme evidenciado na fala supramencionada da COST1.

5.7 AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

Uma das maneiras pelas quais o Coletivo assegura sua autonomia e independência diante das demandas e imposições de agentes externos é ao manter-se fiel aos seus valores fundamentais. Esse compromisso com seus princípios orientadores permite que o Coletivo preserve sua integridade, garantindo que suas ações e decisões estejam sempre alinhadas com os interesses e necessidades de suas associadas, em vez de serem influenciadas por pressões externas. Os valores do coletivo estão profundamente enraizados na justiça social, sustentabilidade, solidariedade, igualdade de gênero, inclusão, não discriminação, trabalho decente, ajuda mútua, entre outros.

Tabela 7: Dimensões da Autonomia e Independência

Dimensões Operacionais	f	%
É mantido um relacionamento saudável com os governos e demais instituições do setor público, privado e não governamental	5	62,5
A cooperativa incentiva o empoderamento e autonomia de seus membros	2	25
A cooperativa é fiel aos seus valores	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Um exemplo de como o Coletivo se mantém fiel aos seus valores e ideias é seu combate à narrativa de que as costureiras são empreendedoras individuais, quando, na verdade, são trabalhadoras. O mito do empreendedor cria a ilusão de que elas são proprietárias de seus próprios negócios e recursos, enquanto, na realidade, estão subjugadas e exploradas pela lógica capitalista

dos empresários locais, que operam fábricas e facções. Essa narrativa mascara as condições precárias de trabalho que essas mulheres enfrentam, perpetuando formas de exploração sob o pretexto da autonomia, quando na verdade estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade laboral. O Coletivo levanta uma pauta crucial que exige maior responsabilidade social por parte da elite dominante no PCAP. Nesse contexto, é imprescindível que as costureiras sejam reconhecidas como trabalhadoras, e não como empreendedoras, uma vez que essa não reflete sua realidade.

Deve-se priorizar o reconhecimento de seus direitos e a melhoria de suas condições laborais, combatendo a exploração e precarização que muitas enfrentam, e garantindo que suas demandas sejam tratadas com seriedade e compromisso social. Isso está ilustrado na fala da COST3, que diz:

[...] Então a gente não tá aqui para ser contra um grupo, é pra criar uma nova narrativa para o Polo que inclua essas pessoas que estão invisibilizadas e que garanta condições de trabalho dignos, que garanta de fato essa transformação social a partir da valorização do trabalho, uma contra narrativa muito forte que a gente tem sentido resistência desses atores em nos escutar, porque a gente fala o que é e eles continuam dizendo “Ah, vamos fazer um curso de empreendedora”. Não, elas não são empreendedoras, elas são trabalhadoras. Aí eu digo, não, vamos fazer um curso de trabalho digno para as empreendedoras, para os empresários, vamos falar de responsabilidade empresarial, né? Vamos falar de sustentabilidade, colocando também o trabalho, as pessoas, não é só o econômico, não é só o econômico e o ambiental... E eles fingem que não escutam e a gente vai dialogando com quem de fato apoia nosso trabalho, então é isso.

Por ser fiel aos seus valores, o CMP recebe o apoio de instituições governamentais e não governamentais que compartilham de seus ideais e têm como objetivo promover transformações sociais no PCAP. Desde sua criação, o Coletivo tem estabelecido um relacionamento saudável e de apoio em consonância com seus propósitos e ações, envolvendo universidades, o Fundo Brasil, o movimento Fashion Revolution, além de vereadores, a Secretaria de Assistência Social e a Procuradoria do Trabalho de Santa Cruz do Capibaribe.

Essas parcerias são essenciais para fortalecer as iniciativas do Coletivo, possibilitando o compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências que contribuem para a promoção de melhorias nas condições de vida e trabalho das costureiras. A parceira com instituições torna possível dialogar sobre questões relevantes relacionadas às condições laborais, direitos trabalhistas e a necessidade de políticas públicas que garantam a dignidade e o respeito das costureiras no ambiente de trabalho. O relato da COST3 elucida esse aspecto:

[...] E a gente vem dizendo que tem que ser discutido, a gente tem conseguido o apoio de organizações que concordam conosco, como a Academia, como o Fundo Brasil, como o Fashion Revolution, como a Procuradoria do Trabalho, e atores externos, né? A gente conseguiu por exemplo localmente algumas parcerias com a Secretaria de Assistência Social.

O empoderamento das costureiras é possível devido ao reconhecimento de que elas são seres políticos, “precisavam ter um espaço que garantisse essa fala, ter um espaço que pudesse elas entenderem a realidade das outras mulheres, se conectar e se apoiar”, diz a COST3. O Coletivo promove o empoderamento das trabalhadoras por meio de suas formações, conscientizando as costureiras sobre a importância de se expressarem e serem ouvidas.

Essa abordagem enfatiza a validade das experiências vividas, especialmente no que diz respeito ao seu trabalho. A fala de COST2 ilustra a relevância do Coletivo em sua busca por qualificação e confiança para opinar: “[...] *Eu só consegui me empoderar para falar sobre coisas que já sabia depois de me envolver com o coletivo; é como se o coletivo me desse coragem para eu ter autonomia*”. Essa declaração evidencia como a participação no Coletivo fortalece a autoconfiança e a autonomia das trabalhadoras, permitindo que elas se sintam legitimadas a compartilhar suas vivências e opiniões.

5.8 PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS

A política de distribuição dos resultados do Coletivo Mulheres do Polo se manifesta por meio do espírito de solidariedade que permeia as relações entre as associadas e de práticas que reafirmam o caráter cooperativo da organização.

Esse compromisso é evidenciado quando as associadas que possuem maior acesso a peças ou maquinários redistribuem esses recursos para aquelas que enfrentam limitações, sem exigir qualquer compensação financeira. Tal redistribuição reforça o espírito de cooperação e a solidariedade que permeiam o coletivo, em consonância com os valores cooperativistas, nos quais os excedentes são direcionados para o desenvolvimento coletivo e o fortalecimento das associadas. A ausência de qualquer expectativa de retorno monetário por parte das costureiras que compartilham seus recursos ressalta a dimensão comunitária do movimento, que coloca o bem-estar coletivo acima de interesses individuais ou lucrativos. Esse aspecto é claramente descrito no relato da COST3, que afirma:

[...] A gente identificou que algumas mulheres pegam uma quantidade maior de peças para distribuir com as que não tem contato direto com o fornecedor. A gente identificou que algumas mulheres tem a quantidade maior de maquinários e cede para umas mulheres que não tem maquinário em casa costurar nas suas casas, e não pede sequer uma compensação monetária sobre isso, por exemplo uma ajuda para a energia, não, é uma questão de solidariedade mesmo, genuína, nessa prática. E algumas mulheres por exemplo, dividem o trabalho de cuidado entre si, por exemplo, tem um parente doente da amiga costureira, compartilha esse trabalho de cuidado, né?

Tabela 8: Dimensões da Participação Econômica dos Membros

Dimensões Operacionais	F	%
As políticas de distribuição dos resultados atendem aos interesses dos associados	4	50
Há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa	4	50
Total	8	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O espírito de solidariedade, aliado às práticas de caráter cooperativo, orienta a implementação de estratégias voltadas para o desenvolvimento e a sustentabilidade do Coletivo Mulheres do Polo. A principal estratégia adotada pelo CMP foi a criação de uma rede de apoio, que fortalece os vínculos entre as associadas e promove a troca de recursos, conhecimentos e experiências. Esse modelo de apoio mútuo não apenas assegura o crescimento sustentável da organização, como também consolida a autonomia das costureiras, ao fomentar um ambiente de cooperação e compartilhamento.

O grupo de WhatsApp instituído pelo Coletivo Mulheres do Polo configura-se como um dos principais mecanismos de ativação e articulação de sua rede de apoio. Nesse grupo, elas compartilham orientações e informações, oferecem suporte mútuo e engajam em discussões sobre os preços dos serviços, fortalecendo, assim, a coesão do grupo e promovendo uma esfera colaborativa. Esse aspecto foi captado no relato da COST3, que afirma:

[...] a gente sempre está conversando com grupo do WhatsApp, nesse grupo de WhatsApp a gente indica serviço, tudo, né, [...] quando eu não posso, eu arrumo outra pessoa, aí a gente divide preço, a gente conversa sobre preço.

O Coletivo Mulheres do Polo preserva, de forma contínua, seus princípios fundamentais de comunidade, mantendo a coletividade como o cerne de seu movimento. Esse compromisso com a união fortalece tanto a sustentabilidade quanto o crescimento da organização. A relevância dessa dinâmica é sublinhada no depoimento de COST3, que afirma:

[...] Porque o coletivo começou com 15 mulheres lá em 2020, ele manteve isso, só que ele nunca foi só as 15 mulheres, a gente entende que o impacto que essas mulheres fazem em suas redes de contato, na sua vizinhança, nas suas famílias é muito grande [...].

Assim, o Coletivo não apenas cresce em número, mas também amplia seu impacto social, promovendo transformações significativas nas comunidades circundantes. Ao mesmo tempo, mantém sua essência colaborativa e solidária, consolidando seu papel como um agente de mudança

social ancorado na participação ativa e no apoio mútuo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coletivo Mulheres do Polo configura-se como um movimento de profunda relevância no processo de transformação social, atuando ativamente na conscientização acerca dos direitos trabalhistas e na valorização do trabalho feminino em um cenário marcado pela precarização e informalidade no Polo de Confecção do Agreste Pernambucano. Diante das adversas condições enfrentadas pelas costureiras, o Coletivo desempenha um papel crucial ao articular a luta pela dignidade laboral e pelo reconhecimento da importância econômica e social dessas trabalhadoras.

Sua atuação transcende a mera denúncia das práticas precarizantes, consolidando-se como um agente de empoderamento coletivo que, ao fomentar a solidariedade e o cooperativismo, reconfigura as relações de trabalho e promove a justiça social. Nesse contexto, o Coletivo fortalece a autonomia das mulheres ao estimular a mobilização por condições laborais mais justas e o resgate de sua cidadania, sendo, portanto, um vetor de mudança estrutural e um exemplo de resistência frente às dinâmicas de exploração do trabalho no PCAP.

Embora o CMP não esteja formalmente constituído como uma cooperativa, suas ações e iniciativas são profundamente orientadas pelos princípios cooperativistas. O Coletivo promove a colaboração, a solidariedade e o apoio mútuo entre as costureiras, reforçando valores como a autogestão, a participação democrática e o comprometimento com a comunidade, que são pilares do cooperativismo. Através da educação e da troca de informações, as associadas não apenas identificam e enfrentam formas de violência e discriminação, mas também se empoderam para negociar e reivindicar melhores condições de trabalho. Essa mobilização não apenas fortalece a autoestima e a legitimidade dessas mulheres, mas também contribui para a construção de um ambiente mais justo e igualitário no contexto apresentado.

O Coletivo desafia de forma incisiva a narrativa dominante que marginaliza a profissão de costureira, abrindo caminho para a valorização do trabalho feminino no PCAP. Esse processo de valorização é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao mesmo tempo que promove condições dignas de trabalho. Através de suas ações, o CMP reforça sua relevância na transformação social e econômica, tanto das suas associadas quanto da comunidade em que atuam, desempenhando um papel central na luta por reconhecimento e equidade.

É evidente que o CMP não realiza essa transformação de maneira isolada. Sua atuação é potencializada por uma rede de parcerias estratégicas, envolvendo instituições e agentes que compartilham dos mesmos valores e colaboram para viabilizar a implementação de seus projetos e propostas. Esse apoio é fundamental para ampliar o alcance de suas ações e fortalecer o impacto positivo nas vidas das costureiras e da comunidade do PCAP.

A estrutura organizacional do Coletivo Mulheres do Polo, notadamente marcada pela

delegação de funções a lideranças comunitárias, tem sido crucial para a expansão de sua atuação e para a crescente adesão de novas associadas. Essa adesão ocorre de forma livre e voluntária, refletindo a centralidade da liberdade como um valor fundamental do Coletivo. Tal princípio decorre das experiências de exploração, abusos e violências enfrentadas anteriormente pelas costureiras, tornando o Coletivo uma rede, um espaço de acolhimento e suporte.

Além disso, as decisões são tomadas de maneira democrática, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, reforçando o compromisso com a igualdade e o pertencimento coletivo. Dessa forma, o Coletivo se aproxima da lógica cooperativa ao buscar o desenvolvimento sustentável de suas integrantes e a melhoria das condições laborais e sociais, mesmo sem uma estrutura formal cooperativa

REFERÊNCIAS

- ANTONIADOU, Marilena; CROWDER, Mark; CHRISTIE, Fiona; ALBERTSON, Kevin. **Prologue – In search of decent work**. In: CHRISTIE, Fiona.; ANTONIADOU, Marilena; ALBERTSON, Kevin; CROWDER, Mark (eds.). Decent work. Bingley: Emerald, p. 3-10, 2021.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed., 10. reimpr., rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. Disponível em: <https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9788575592595_A26244112/preview-9788575592595_A26244112.pdf/>. Acesso em: 6 jun. 2025
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho**. Campinas: Cortez Editora, 11. ed., 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Icebergs à deriva: reflexões sobre o mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. In: ANTUNES R.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, p. 231-238, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/96724521/Zygmunt_Bauman_Modernidade_Liquida>. Acessado em 07/06/2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATTILANA, Julie**. Cracking the organisational challenge of pursuing joint social and financial goals: Social enterprise as a laboratory to understand hybrid organising. Management, v. 21, n. 4, p. 1278, 2018.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, 7ª ed., RJ : Vozes, 2008.
- BEZERRA, Elaine.; CORTELETTI, Roseli de Fátima.; DE ARAUJO, Iara Maria. Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste. **Caderno CRH**, v. 33, p. 1-20, 2020.
- BILLIET, Adrien; DUFAYS, Frédéric; FRIEDEL, Stefanie, STAESSENS, Matthias. **The resilience of the cooperative model: How do cooperatives deal with the COVID-19 crisis?**

Strategic Change, v. 30, n. 2, p. 99-108, 2021.

BORGES, K. **Case e diagnóstico: Polo de confecção têxtil do Agreste Pernambucano**. Disponível em: <<https://empreender360.aliancaempreendedora.org.br/case-e-diagnostico-polo-de-confeccao-textil-do-agreste-pernambucano>>/. Acesso em: 11 abri. 2024.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141–166, 2020.

CARRILLO PUNINA, Alvaro Patricio; ARMIJOS ROBLES, Lorenzo Adalid; FERNÁNDEZ LORENZO, Angie; TIPÁN TAPIA, Luis Alfredo; GALARZA TORRES, Sandra Patricia; SIERRA SIERRA, Carlos Efraín; BENAVIDES ORTIZ, Germán Gustavo. Perceptions of Cooperativism: Source of Socioeconomic Development. **Nanotechnology**, v. 20, n. S9, p. 601–625, 2024.

CASTRO, Karla Giselle Silva de. **O ordinário nos relacionamentos interorganizacionais: uma análise das práticas de gestão do Coletivo Mulheres no Polo em Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Dissertação (Mestrado em Gestão, Inovação e Consumo) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 3.ed., 2010.

DELANEY, Annie; MACDONALD, Fiona. Thinking about informality: gender (in)equality (in) decent work across geographic and economic boundaries. **Labour and Industry**, v. 28, n. 2, p. 99–114, 2018.

DOHERTY, Bob; HAUGH, Helen.; LYON, Fergus. Social enterprises as hybrid organisations: A review and research agenda. **International Journal of Management Reviews**, v. 16, n. 4, p. 417–436, 2014.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, p. 289-306, 2019.

ESTANISLAU, Patricia; BORGES, Paulo Roberto Santana. Organizações Cooperativas e suas principais participações nos Estados Brasileiros. **Revista da FAE**, v. 14, n. 1, p. 52-63, 2011.

FARIAS, Creuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Caderno: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, 2013.

FERNANDES, Rita de Cassia Pereira. O construto multidimensional trabalho precário, o futuro do trabalho e a saúde de trabalhador(es). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, 2023.

HELENO, Edilane do Amaral. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LUTZ, Sérgio. **7 Princípios do Cooperativismo: Uma proposta de medição da percepção do associado**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Porto Alegre, 2021.

MARINHO, Maiara Oliveira; VIEIRA, Fernando de Oliveira. A jornada exaustiva e a escravidão contemporânea. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 2, p. 351–361, 2019.

MCWHIRTER, Ellen Hawley; MCWHA-HERMANN, Ishbel. Social justice and career development: progress, problems, and possibilities. **Journal of Vocational Behavior**, v. 126, p. 103492, 2021.

MERRIAM, Sharan B.; TISDELL, Elizabeth J. **Pesquisa qualitativa: um guia para design e implementação**. São Paulo: Jossey-Bass, 2016.

MENDES, N. A. **A terceirização em universidades públicas federais e a precarização do trabalho: o caso dos trabalhadores terceirizados da universidade federal de roraima**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Pernambuco, 2025.

MIKAMI, Kazuhiko. Cooperatives, transferable shares, and a unified business law. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 87, n. 3, p. 365–390, 2016.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 5. ed., 1998.

ORQUIZA, J. C. **Desvio da Energia Humana: Como o Trabalho Transformou-se em Mercadoria nas Sociedades Modernas**. 2023. Disponível em: <https://osf.io/preprints/osf/ukqnw_v1> Acesso em 12 de janeiro de 2025.

PALUDI, Mariana Inés; KRYSA, Isabella. Exploring Development, Gender Inequality, and the Global South: Challenges and Opportunities. In: PALUDI, Mariana Inés.; FUNES, María Eugenia (eds.). **Businesses' Contributions to Sustainable Development Goal 5: Gender Equality Across B Corps in Latin America and the Caribbean**. Leeds: Emerald Publishing Limited, 2023. p. 9-24.

PEATTIE, Ken. Running wild with metaphors: Rethinking the evolution of social enterprise. **Strategic Change**, v. 29, n. 4, p. 417–424, 2020.

PEREDO, Ana Maria; HAUGH, Helen M.; McLEAN, Murdith. Common property: Uncommon forms of prosocial organising. **Journal of Business Venturing**, v. 33, n. 5, p. 591–602, 2017.

PEREIRA, Ana Márcia Batista Almeida.; SOUSA, Jéssica Rani Ferreira de; FREIRE, Cláudia.; LORÊTO, Suely Silva Lorêto; SOUZA, Denise Clementino de. **Formalizar para quem? A percepção de trabalhadores por conta própria em confecções sobre o MEI em um município do agreste pernambucano**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2024, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: CBEO, 2024.

RATNER, Carl. Cooperativism: A social, economic, and political alternative to capitalism. **Capitalism Nature Socialism**, v. 20, n. 2, p. 44-73, 2009.

RIBAS, Walter Perpétuo; PEDROSO, Bruno; VARGAS, Leandro Martinez; PICININ, Claudia Tania; FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de. Cooperative organization and its characteristics in economic and social development (1995 to 2020). **Sustainability**, v. 14, n. 14, p. 8470, 2022.

ROCHA, Paloma Araújo; ROCHA, Luiza Cristina Jordão Braga Vilaça da; SOARES, Italo Cavalcante da Silva. Perspectivas do trabalho decente: uma análise no Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco. In: **VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: CBEO, 2024.

RUITERS, Michele; CHARTERIS, Ailie. Gender equality in labour force participation, economic growth and development in South Africa. **Development Southern Africa**, v. 37, n. 6, p. 997– 1011, 2020.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-72.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma: os perigos da uberização**. São Paulo: Editora Elefante, Autonomia Literária & Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

SEBRAE. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confeccões do Agreste. **Relatório final Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco**. Recife: SEBRAE, 2013.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015. Disponível em <<https://www.trt1.jus.br/documents/21708/12030252/A+Corrosao+do+Carater+-+Richard+Sennett+%282%29.pdf/104d0615-10ed-c127-1407-cda0d72acf50>>. Acessado em 07 de junho 2025.

SILVA, Mariana Larissa dos Santos. **Os sentidos do trabalho domiciliar industrial: um estudo nas unidades produtivas do Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA, Samuel Soares da; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; MACEDO, Alex dos Santos. Cooperativism as a solution or as an obligation? The formation of cooperatives in small-scale mining in Brazil. **Resources Policy**, v. 85, Part A, 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1. Ed., 2002.

TCHAMI, Guy. **Handbook on Cooperatives for Use by Workers' Organizations**. Genebra: International Labour Office, 2007.

TAKAKI, Taís Katsumi; ANTLOGA, Carla Sabrina Xavier. Capitalismo e Trabalho: **Psicologia em Revista**, v. 1, pág. 112–125, 2021.

VALLAS, Steven.; SCHOR, Julieta B. O que as plataformas fazem? Compreendendo a gig economy. **Annual review of sociology** , v. 46, n. 1, p. 273–294, 2020.

VACLAVIK, Marcia Cristiane; OLTRAMARI, Andrea Poletto; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. **Cadernos EBAPE BR**, v. 2, pág. 247–258, 2022..

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; BRAGA, Bruno Mota. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. **Política & Trabalho**, v. 41, p. 193-225, 2014.

XAVIER, Twane Maria Cordeiro. Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco: formação de aglomerado produtivo e suas dinâmicas espaciais. **Revista Caminhos de Geografia**, p. 429-444, 2020.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma: os perigos da uberização**. São Paulo: Editora Elefante, Autonomia Literária & Fundação Rosa Luxemburgo, 2017

APÊNDICE A – MAPA DE CODIFICAÇÃO

COOPERATIVISMO				
Cód.	Dimensão Conceitual	Descrição	Cód.	Dimensão Operacional
AVL	Adesão voluntária e livre	O cerne deste princípio é dar a todos a oportunidade de fazer parte da cooperativa, permitindo que contribuam com suas opiniões, habilidades e esforços para ajudar a cooperativa a crescer. Esse princípio é baseado na ideia de democracia e igualdade, onde a contribuição de cada membro é valorizada da mesma forma. Ao tornar a adesão aberta a todos, as cooperativas criam uma comunidade onde o respeito e o trabalho em equipe são fundamentais.	AVL1	A adesão é aberta as todas as pessoas que possam utilizar seus serviços e que estejam dispostas a aceitar as responsabilidades de ser membro
			AVL2	A adesão é feita de forma voluntária e livre
			AVL3	No momento de se associar, as pessoas sabem o que é uma cooperativa
			AVL4	No momento de se associar, as pessoas têm noção de seus direitos e deveres
			AVL5	Não é praticado qualquer tipo de discriminação
			AVL6	A liberdade individual é respeitada
			AVL7	Todos(as) são tratados de forma igual e equitativa
			AVL8	É valorizada as opiniões, habilidades e esforços dos membros
GD	Gestão democrática	As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus membros. Isso significa que todos os membros, independentemente de seu nível de envolvimento ou investimento, participam ativamente na tomada de decisões importantes e na definição de políticas. É um sistema em que cada membro tem um voto, garantindo que a direção da cooperativa reflita a vontade coletiva e os interesses de todos os seus membros.	GD1	A prestação de contas é um processo transparente
			GD2	Os associados têm informação necessária para exercer o controle democrático
			GD3	Os associados sentem-se contributivos e relevantes nas decisões tomadas em assembleias/reuniões/etc.
			GD4	As lideranças tomam decisões que atendem aos interesses do coletivo dos associados
			GD5	Os associados são incentivados a participar de conselhos de administração (lideranças)
			GD6	Os associados são incentivados a participar das assembleias/reuniões/etc.
			GD7	A gestão é democrática
			GD8	A direção da cooperativa reflete a vontade coletiva e o interesse de todos os membros

COOPERATIVISMO				
Cód.	Dimensão Conceitual	Descrição	Cód.	Dimensão Operacional
PEM	Participação econômica dos membros	Os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Pelo menos parte desse capital é, geralmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros destinam os excedentes para qualquer um ou todos os seguintes propósitos: desenvolver sua cooperativa; beneficiar os membros em proporção às suas transações com a cooperativa; e apoiar outras atividades aprovadas pela adesão.	PEM1	As políticas de distribuição dos resultados atendem aos interesses dos associados
			PEM2	Há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa
			PEM3	Os associados estão dispostos a contribuir financeiramente (ou com outros recursos) com a cooperativa em caso de necessidade
			PEM4	Há cuidado para que nenhum associado adquira mais influência do que os demais membros
AI	Autonomia e Independência	As cooperativas operam de forma independente, tomando decisões com base nas necessidades e preferências de seus membros. Elas priorizam a auto governança, garantindo que permaneçam livres de controle externo, mesmo ao se associar com outros ou aceitar financiamento externo. O essencial é que quaisquer relacionamentos externos respeitem sempre a missão voltada para os membros da cooperativa e não comprometam seus valores.	AI1	É assegurada a independência da cooperativa para que ela permaneça livre de controle externo
			AI2	É assegurada a independência da cooperativa para que as decisões sejam tomadas com base nas necessidades e preferências de seus associados
			AI3	É mantido um relacionamento saudável com os governos e demais instituições do setor público, privado e não governamental
			AI4	Há sustentabilidade financeira da cooperativa que permita desenvolver as suas atividades sozinhas
			AI5	Há uma relação de liberdade e transparência da cooperativa com as suas estratégias integradas
			AI6	É assegurada a autonomia da cooperativa por parte de seus membros e instituições externas
			AI7	A cooperativa é fiel aos seus valores
			AI8	A autonomia da cooperativa garante que todas as decisões beneficiem o coletivo

COOPERATIVISMO				
Cód.	Dimensão Conceitual	Descrição	Cód.	Dimensão Operacional
EFI	Educação, formação e informação	Reflete o compromisso da cooperativa em promover um ambiente de aprendizado contínuo e melhoria. Ao investir em educação e treinamento, as cooperativas garantem que todas as partes interessadas tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para participar plenamente das atividades e da governança da cooperativa. Além disso, ao informar o público sobre o modelo cooperativo, seus benefícios e seu potencial para transformar economias e sociedades, as cooperativas ampliam sua influência além de sua comunidade imediata.	EF1	A cooperativa promove um ambiente de aprendizado e aperfeiçoamento contínuo e melhoria para os seus membros
			EF2	Os recursos adquiridos (editais, financiamentos, etc.) pela cooperativa são aplicados na formação e informação dos associados
			EF2	As lideranças conhecem e transmitem os princípios cooperativistas
			EF3	Há ações de educação, formação e informação para que os membros tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para participar das atividades e da governança da cooperativa
			EF4	As assembleias/reuniões/encontros são consideradas um momento de educação cooperativa
			EF5	A cooperativa promove ações de educação, formação e informação para o público e demais instituições sobre seu modelo de gestão, seu propósito, seus benefícios e seu potencial para transformar economias, sociedades e vida de seus membros e, assim, enfrentar os desafios do presente e do futuro
CEC	Cooperação entre cooperativas	Este princípio enfatiza o valor do apoio mútuo, do conhecimento compartilhado e da ação coletiva dentro do movimento cooperativo. Ao incorporar o espírito de solidariedade, as cooperativas reconhecem a força de trabalhar juntas para alcançar um impacto econômico e social maior. A cooperação entre cooperativas promove uma abordagem unificada para enfrentar desafios comuns, promover a inovação e defender o modelo cooperativo. Esse ethos colaborativo demonstra o poder da ação coletiva na criação de um mundo mais equitativo e sustentável.	CEC1	A cooperativa reconhece força de trabalhar em conjunto a com outras cooperativas ou demais instituições que partilham/incentivam valores cooperativos para alcançar um impacto econômico e social maior no contexto em que atua
			CEC2	A cooperativa reconhece o valor do apoio mútuo, do conhecimento compartilhado e do poder da ação coletiva com outras cooperativa ou demais instituições que partilham/incentivam valores cooperativos na criação de um mundo mais equitativo e sustentável
			CEC3	A cooperativa colabora com outras cooperativas ou demais instituições que partilham/incentivam valores cooperativos por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais, aproveitando seus recursos e redes coletivas para aumentar sua eficácia e alcance.
			CEC4	A cooperativa estabelece parcerias para enfrentar desafios comuns, promover a inovação e defender seus valores, propósito e ideais

COOPERATIVISMO				
Cód.	Dimensão Conceitual	Descrição	Cód.	Dimensão Operacional
CC	Compromisso com a comunidade	Este princípio encapsula o compromisso do movimento cooperativo em contribuir positivamente para o bem-estar de suas comunidades, enfatizando o desenvolvimento sustentável como um objetivo central. As cooperativas se envolvem em iniciativas que atendem às necessidades econômicas, sociais e ambientais de suas comunidades, orientadas por políticas aprovadas por seus membros. Essa abordagem de engajamento comunitário reflete uma compreensão profunda da interdependência entre as cooperativas e suas comunidades, reconhecendo que o sucesso de uma contribui para o sucesso da outra. Através deste princípio, as cooperativas atuam como catalisadoras de mudanças positivas, promovendo projetos que incentivam a responsabilidade social, a sustentabilidade ambiental e a inclusão econômica. Ele destaca o papel da cooperativa não apenas como uma entidade econômica, mas como uma parceira comunitária dedicada a construir um futuro melhor e mais sustentável para todos.	CC1	Há investimentos em iniciativas economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos
			CC2	Há contribuição para o desenvolvimento econômico e social sustentável dos associados e da comunidade local
			CC3	São desenvolvidas ações de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU
			CC4	Os associados discutem e aprovam as iniciativas, ações e políticas que serão desenvolvidas para o bem-estar da comunidade
			CC5	As iniciativas, ações e políticas de sustentabilidade são comunicadas com transparência para os membros e a sociedade
			CC6	Há uma compreensão entre seus membros da interdependência entre a cooperativa e sua comunidade local